



AMADORA
Câmara Municipal

Separata n.º 32
Boletim Municipal

07 de agosto de 2026

ALTERAÇÃO AO
AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE
RECURSOS

ALTERAÇÃO AO
CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

CONSOLIDAÇÃO AO CONTRATO
INTERADMINISTRATIVO

ESTUDO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS

ENTRE O MUNICÍPIO DA AMADORA
E A FREGUESIA DE
ALFRAGIDE



JUNTA DE FREGUESIA DE ALFRAGIDE

Proposta n.º 132/2026.....	Pág. 03
Alteração ao Auto de Transferências de Recursos (Auto).....	Pág. 04
Proposta n.º 126/2026.....	Pág. 07
Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências.....	Pág. 09
Consolidação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências.....	Pág. 14
Estudo de Delegação de Competências.....	Pág.37



TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS AUTO

A Assembleia Municipal da Amadora, na sua Sessão Ordinária de 2026, realizada em 19 e 20 de fevereiro, deliberou aprovar o teor da proposta n.º 132/2026, de 11 de fevereiro da Câmara Municipal da Amadora, que a seguir se transcreve:

Proposta n.º 132/2026

Considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, veio estabelecer o quadro da transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, numa lógica de salvaguarda do interesse dos cidadãos e das empresas que procuram por parte da administração pública uma resposta pronta, ágil e adequada;

2. O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, veio concretizar a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

3. Por deliberação de câmara de 06 de novembro de 2019, através da Proposta n.º 580/2019 foi aprovada a Transferência de Recursos Patrimoniais e Financeiros correspondentes e necessários ao exercício das competências para a Freguesia de Alfragide;

4. No seguimento dos anos anteriores, existe a necessidade de proceder à revisão da quantificação dos recursos financeiros a transferir para a Freguesia de Alfragide para o ano de 2026, nos termos e ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-

Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, procedendo-se à alteração ao Auto de Transferência de Recursos em vigor, com atualização dos respetivos valores;

5. Conforme o disposto no n.º 3 do artigo 6.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 5.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, as alterações às transferências de recursos por acordo entre o Município e a Freguesia;

Propõe-se que a Câmara Municipal da Amadora delibere:

1. Aprovar a transferência de recursos financeiros para a Freguesia de Alfragide, relativamente ao ano de 2026, e nos termos da alteração ao Auto de Transferência, e constante do documento em anexo, que faz parte integrante da presente proposta.

2. Submeter à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, na sua atual redação, a presente proposta de alteração ao Auto de transferência de recursos.

Amadora, 06 de fevereiro de 2026

O Presidente
Vitor Ferreira

A transferência de recursos para a Junta de Freguesia de Alfragide para o Exercício das Competências (Auto) a que se refere a Proposta supra, foi autorizada pelas deliberações das Assembleias Municipal e de Freguesia de Alfragide, nas suas reuniões de 19 e 20 de fevereiro de 2026



e de 21 de abril de 2026, respetivamente.

Abaixo publica-se na integra a alteração ao auto de transferência de recursos, celebrado entre o Município da Amadora e a Freguesia de Alfragide em 19 de maio de 2026.

**ALTERAÇÃO AO AUTO DE
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS
(Freguesia de Alfragide)**

Considerando que:

a) A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, veio estabelecer o quadro da transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, numa lógica de salvaguarda do interesse dos cidadãos e das empresas que procuram por parte da administração pública uma resposta pronta, ágil e adequada;

b) O reforço da autonomia local é concretizado não só pela descentralização de competências entre a administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e para as suas estruturas associativas, mas também mediante a redistribuição de competências entre a administração autárquica;

c) O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, veio concretizar a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

d) Os órgãos das freguesias passaram a deter novas competências transferidas dos municípios, as quais são elencadas no n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

e) A transferência de competências tem carácter universal, sendo diferenciadas em função da natureza e dimensão das freguesias, considerando a sua população e capacidade de execução;

f) Importa rever a quantificação dos recursos financeiros que são transferidos para a freguesia de Alfragide, de acordo com o disposto do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

g) Cumpre ainda atualizar os valores referentes ao Índice de Preços no Consumidor (IPC) 2026 no valor de 2,04%, bem como a base remuneratória da Administração Pública garantida para o ano de 2026;

h) A Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia deliberaram favoravelmente os termos da presente alteração em 19/02/2026 e 21/04/2026, respetivamente.

Entre

Município da Amadora, com sede na Avenida Movimento das Forças Armadas, n.º 1, 2700-595 Amadora, freguesia de Mina de Água, pessoa coletiva n.º 505 456 010, neste ato representado por Vítor Manuel Torres Ferreira, o qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Amadora, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e alínea f) do n.º 2, ambos do artigo 35.º do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

E

Freguesia de Alfragide, com sede na Rua Miguel Torga, n.º 2, 2610-086 Amadora, pessoa coletiva n.º 510 832 733, neste ato representada por António Paulo, o qual outorga na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, no uso das competências previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º da Lei



n.º 75/2013, de 12 de setembro.

São subscritas e reciprocamente aceites as presentes alterações às seguintes matérias:

- a)** Gestão e manutenção de espaços verdes;
- b)** Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c)** Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d)** Manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- e)** Utilização e ocupação da via pública.

Cláusula 1.ª

O quadro do Anexo I, referente aos recursos financeiros – transferências do orçamento de Estado, passa a ter a seguinte redação:

ESPAÇOS VERDES	LIMPEZA VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS	MOBILIÁRIO URBANO	MANUTENÇÃO ESPAÇOS VERDES ESCOLAS	LICENCIAMENTO OVP	TOTAL
€ 498.470,75	€ 381.010,86	€ 73.190,62	€ 26.952,95	€ 71.606,26	€ 1.051.231,44

Cláusula 2.ª

- 1.** O quadro do Anexo I – A, referente às transferências de espaços verdes, passa a ter a seguinte redação

Espaços Verdes a Descentralizar para a Junta de Freguesia de Alfragide									
Código	Localização	Área	Tipo. I	Tipo. II	Tipo. III	Tipo. IV	Custo anual 2025	Custo anual 2026	
1001	Avenida Ivens	1020,35	1020,35				2 295,79 €	2 346,81 €	
1002	Rua Pinheiro Borges	9506,17	7869,40		1636,77		19 064,67 €	19 450,87 €	
1003	Avenida da Quinta Grande	489,35	489,35				1 101,04 €	1 125,51 €	
1006	Avenida da Força Aérea Portuguesa	742,19	742,19				1 669,93 €	1 707,04 €	
1007	Avenida Dom Luís I	7122,88	7122,88				16 026,48 €	16 382,62 €	
1009	Praceta Dom Luís I	2085,51	2085,51				4 692,40 €	4 796,67 €	
1011	Estrada de Alfragide	751,50	751,50				1 690,88 €	1 728,45 €	
1012	Largo 25 Abril	317,60	317,60				874,35 €	730,48 €	
1013	Avenida Ivens (traseiras)	4368,49	4368,49				9 829,10 €	10 047,53 €	
1014	Largo Padre Adriano Pedrall	251,61	251,61				566,12 €	578,70 €	
1015	Rua Alberto Aldim	600,07	600,07				841,19 €	1 380,16 €	
1016	Avenida Dom Luís I	353,48	353,48				795,33 €	813,00 €	
1017	Praceta dos Freixos	4140,17	4140,17				9 315,38 €	9 522,39 €	
1018	Rua Manuel Guimarães	2384,37	1904,12		480,25		4 682,88 €	4 787,69 €	
1019	Avenida Almeida Garrett	3892,81	3892,81				8 758,82 €	8 953,46 €	
1020	Praceta das Flores	662,83	662,83				1 491,37 €	1 524,51 €	
1021	Rua do Miradouro	1873,76	1873,76				4 215,96 €	4 309,65 €	
1022	Avenida dos Moinhos	1001,94	1001,94				2 254,37 €	2 304,46 €	
1023	Alameda dos Moinhos	1900,56	1900,56				4 276,26 €	4 371,29 €	
1024	Estrada do Zambujal	481,39	481,39				1 083,13 €	1 107,20 €	
1025	Avenida da Quinta Grande	2527,42	2527,42				5 686,70 €	5 813,07 €	
1026	Rua Beatriz Costa	406,70	406,70				915,08 €	935,41 €	
1028	Rua dos Eucaliptos	132,26	132,26				297,59 €	304,20 €	
1029	Avenida das Laranjeiras	6669,02	6669,02				15 005,30 €	15 338,75 €	
1030	Estrada do Seminário	1212,70	1212,70				2 728,58 €	2 789,21 €	
1031	Avenida da Quinta Grande	969,44	969,44				2 181,24 €	2 228,71 €	
1032	Rua das Mil Flores	677,43	677,43				1 524,22 €	1 558,09 €	
1034	Estrada de Alfragide	9274,54	9274,54				20 338,44 €	21 331,44 €	
1036	Avenida da República	3001,64	3001,64				6 753,69 €	6 903,77 €	
1037	Estrada do Zambujal	2707,03	2707,03				6 090,82 €	6 226,17 €	
1038	Avenida da Quinta Grande	676,82	676,82				1 522,85 €	1 556,69 €	
1039	Avenida da Força Aérea Portuguesa	383,62	383,62				863,15 €	882,33 €	
1040	Estrada da Ponte	598,32	598,32				1 346,22 €	1 376,14 €	
1041	Travessa dos Moinhos	681,78	681,78				1 534,01 €	1 588,09 €	
1043	Estrada do Zambujal	2997,62	1594,48	1033,39	369,75		607,01 €	4 859,97 €	
1044	Rua Miguel Torga	759,33	759,33				1 708,49 €	1 746,46 €	
1045	Rua Manuel Lemos Peixoto	1651,64	1651,64				3 716,19 €	3 798,77 €	
1046	Rua Doutor Rui Grácio	162,29	162,29				365,15 €	373,27 €	
1047	Praceta Mário Bettencourt Resendes	227,38	227,38				511,61 €	522,97 €	
1048	Rua da Indústria	1938,42	1938,42				4 361,45 €	4 458,37 €	
1049	Travessa do Miradouro	186,96	186,96				420,66 €	430,01 €	
1050	Rua da Associação	249,15	249,15				560,59 €	573,05 €	
1051	Praceta do Comércio	1488,97	1488,97				3 350,18 €	3 424,63 €	
1052	Avenida Conde de São Marçal	892,25	892,25				2 007,56 €	2 052,18 €	
1053	Praceta Raul Brandão	1492,13	1492,13				3 357,29 €	3 431,90 €	
1054	Praceta do Miradouro	48,73	48,73				109,64 €	112,08 €	
1056	Largo do Traquina	71,56	71,56				161,01 €	164,59 €	
1057	Largo do Traquina	4991,51	3751,29		1240,22		9 469,79 €	9 682,15 €	
1058	Rua da Portela	2663,83		2663,83			2 210,98 €	2 264,26 €	
	Avenida das Laranjeiras	3010,91	1216,77	1794,14			4 226,87 €	4 323,59 €	
1061	Rua do Molinho	5727,76		5727,76			4 754,04 €	4 868,60 €	
1062	Estrada de Alfragide	211,41	211,41				475,67 €	486,24 €	
1063	Estrada do Almarjão	752,20	752,20				1 692,45 €	1 730,06 €	
1064	Estrada do Seminário	148,18	148,18				333,41 €	340,81 €	
1065	Rua Kobayashi	1912,41	1912,41				4 302,92 €	4 398,54 €	
1068	Rua Doutor Nuno Rodrigues dos Santos	610,55	610,55				1 373,74 €	1 404,27 €	
1069	Praceta Carlos Pereira Callisto	4177,14	3002,68	1174,46			7 730,83 €	7 904,46 €	
1070	Praceta Angelo Veloso	73,00	73,00				164,25 €	167,90 €	
1071	Rua Professor Mota Pinto	321,38	321,38				723,11 €	739,17 €	
1072	Rua da Ribeira	14187,09	12018,18	2168,91			28 841,10 €	29 485,39 €	
1073	Praceta de S. José	1286,83		1286,83			1 068,07 €	1 093,81 €	
1075	Rua Quinta do Paraíso	3644,23	3644,23				8 199,52 €	8 381,73 €	
1076	Rua da Ribeira	311,12	311,12				700,02 €	715,58 €	
1077	Estrada do Zambujal	2059,69	2059,69				4 634,30 €	4 737,29 €	
1079	Estrada do Zambujal	76,56	76,56				172,26 €	176,09 €	
1080	Rua Cerrado das Oliveiras	390,73	390,73				879,14 €	898,68 €	
1081	Rua Lions Club de Amadora	510,56	510,56				1 148,76 €	1 174,29 €	
1082	Rua Melvin Jones	604,38	604,38				1 359,86 €	1 390,07 €	
1083	Rua da Misericórdia	1410,82	1410,82				3 174,35 €	3 244,89 €	
1084	Rua da Murgueira	4680,95	4680,95				10 532,14 €	10 766,19 €	
1085	Rua da Associação	2405,52	2405,52				5 412,42 €	5 532,70 €	
1086	Rua do Céu Aberto	3413,57	3413,57				7 680,53 €	7 851,21 €	
1087	Rua Paul Harris	1726,20	1726,20				3 945,13 €	4 030,75 €	
1088	Praceta Carlos Aboim Inglês	664,57	664,57				1 495,28 €	1 528,51 €	
1089	Praceta António Macedo	353,70	353,70				795,83 €	813,51 €	
1090	Estrada do Zambujal	194,48	194,48				437,58 €	447,30 €	
1091	Estrada do Zambujal	556,12	556,12				1 251,27 €	1 279,08 €	
1092	Estrada do Zambujal	22,75	22,75				51,19 €	52,33 €	
1093	Rua Nuno Ferrari	1138,31	1138,31				2 561,20 €	2 618,11 €	
1094	Traseiras R. Murgueira	10285,93	10285,93				23 143,34 €	23 657,64 €	
1095	Rua do Restolho	3660,71	3660,71				8 236,60 €	8 419,63 €	



1096	Rua das Galegas	1360,51	1360,51			3 061,15 €	3 129,17 €
1097	Rua das Galegas	14,69	14,69			33,05 €	33,79 €
1098	Parque das Galegas	1803,35	1803,35			4 057,54 €	4 147,71 €
1099	Rua da Porta do Viveiro	2462,54	2462,54			5 540,72 €	5 663,84 €
1100	Estrada de Alfragide	1420,68	1370,97	49,71		3 125,94 €	3 195,48 €
1101	Avenida da Quinta Grande	58,90	58,90			132,53 €	135,47 €
1102	Avenida da República	103,02		103,02		85,51 €	87,57 €
1103	Avenida Dom Luis I	157,80		157,80		355,05 €	362,94 €
1104	Praça de São José	12,86		12,86		28,94 €	29,58 €
1105	Rua Professor Lindley Cintra	2125,81		2125,81		4 783,07 €	4 889,36 €
1106	Avenida da República	934,90		934,90		2 103,53 €	2 150,27 €
1107	Rua Doutor Luís Madureira	996,16		996,16		2 241,36 €	2 291,17 €
1108	Rua Quinta do Paraíso	1452,08		1452,08		1 205,23 €	1 234,27 €
1109	Praceta do Molinho	285,11		285,11		236,64 €	242,34 €
1110	Travessa das Torres	2497,00		2497,00		5 618,25 €	5 743,10 €
1111	Avenida Ivens	35,67		35,67		29,61 €	30,32 €
1112	Rua das Gaíças	269,11		269,11		223,36 €	228,74 €
1113	Rua do Paraíso	17,37		17,37		14,42 €	14,76 €
1114	Praceta do Cerrado das Oliveiras	268,91	261,58	7,33		594,64 €	607,86 €
1116	Rua da Ribeira	4689,19		4689,19		3 892,03 €	3 985,81 €
1117	Estrada da Portela (Parque do Zambujal)	26860,31		5046,71	21813,60	43 671,39 €	44 644,86 €
1119	Estrada de Alfragide	1960,69		1960,69		1 627,37 €	1 666,59 €
1120	Praça Luís Duque	304,41		304,41		684,92 €	700,14 €
1121	Avenida da Força Aérea Portuguesa	1091,77		1091,77		906,17 €	928,00 €
TOTALS		215426,42	159028,75	21121,18	13462,89	21813,60	420 978,41 €
							435 517,74 €

Tipo. I - Área Verdes Regadas - 2,30€/m²/ano
Tipo. II - Áreas Verdes Sequeiro - 0,85€/m²/ano
Tipo. III - Áreas Pavimentadas - 0,85€/m²/ano
Tipo. IV - Parque Urbano - 1,85€/m²/ano

2. O quadro do Anexo I – A – quadro resumo – manutenção de espaços verdes, passa a ter a seguinte redação:

Quadro resumo – Manutenção de Espaços Verdes		
Freguesia	Área (m²)	Total
Alfragide	212543,37	€ 425.517,74

3. O quadro do Anexo I – A, referente a custos de manutenção de zonas verdes, passa a ter a seguinte redação:

Quadro resumo				
Custos de manutenção zonas verdes 2026				
Freguesias	Tipo	Áreas Verdes a considerar (m²)	Transferência Juntas Freguesia ÁREAS VERDES	Transferência Juntas Freguesia ARVOREDO
Alfragide	I	159028,75	365 766,13 €	
	II	21121,18	17 953,00 €	
	III	13462,89	11 443,46 €	
	IV	21813,60	40 355,16 €	
Total		215 426,42	435 517,74 €	72 953,01 €
				508 470,75 €

Cláusula 3.ª

O quadro I do Anexo I - B referente à transferência de competências em matéria de limpeza urbana, passa a ter a seguinte redação:
(...)

Freguesia	Valor transferência 2025	Verba para 2026 (incremento do SMN + alteração de encargos com encarregados e IPC 2,04% (equip+cons+frota+instalações))	Custo amortização varredora	Aluguer operacional Viatura Ligeira de mercadoria	Aluguer operacional varredora	Total
Alfragide	254.226,00 €	271.710,86 €	17.500,00 €	18.000,00 €	73.800,00 €	381.010,86 €

Cláusula 4.ª

O quadro do Anexo I - C referente à transferência de competências em matéria de mobiliário urbano passa a ter a seguinte redação:
(...)

Junta de Freguesia	Valor com IPC – 2,04%	AO 2026	Valor total
Alfragide	34 882,86 €	38 307,76 €	73 190,62 €

Cláusula 5.ª

O quadro do Anexo I – D referente à transferência de competências em matéria de feiras e mercados passa a ter a seguinte redação:
(...)

Junta de Freguesia	Área (m²) 2026	Verba a transferir em 2026
Alfragide	15413,09	26 952,95 €

Espaços Verdes em Escolas a Descentralizar para a Junta de Freguesia de Alfragide					
Código	Localização	Área Total	Tipo. I	Tipo. II	Custo anual 2025
1010	Escola Primária de Alfragide/Rua Miguel Torga	2392,21	2392,21		5 382,47 €
1027	Escola Nº2 da Quinta Grande/Avenida das Laranjeiras	665,87	665,87		1 498,21 €
1035	Creche da Junta de Freguesia de Alfragide/Avenida das Laranjeiras	2107,22	2107,22		4 741,25 €
1078	EB Alto do Morro/Estrada do Zambujal	2922,53	2736,33	216,20	6 268,69 €
1115	Escola Básica Almeida Garrett/R23/Rua Melvin Jones	7325,26	1681,35	5643,91	8 467,48 €
TOTALS		15413,09	9552,98	5860,11	26 952,95 €

(...)

Tipo. I - Área Verdes Regadas - 2,30€/m²/ano
Tipo. II - Áreas Verdes Sequeiro - 0,85€/m²/ano



Cláusula 6.ª

É alterado o Anexo I – F referente à transferência de competências em matéria de utilização e ocupação da via pública, o qual passa a ter a seguinte redação:

(...)

Junta de Freguesia	1 TS	2 AT	Total
Alfragide	€ 29.657,50	€ 41.948,76	€ 71.606,26

O montante apurado tem por base o vencimento de 1 (um) Técnico Superior e 2 (dois) Assistentes Técnicos, pelo que se procede à atualização salarial para o ano de 2026.

Cláusula 7.ª

A presente alteração entra em vigor a 1 de janeiro de 2026.

O presente documento é elaborado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada uma das partes.

Amadora, 19 de maio de 2026.

Pelo Município da Amadora,
Vítor Manuel Torres Ferreira

Pela Freguesia de Alfragide,
António Paulo

Autos de Transferência (DL 57/2019)

Junta de Freguesia de Alfragide

Orçamento para o ano 2026

Classificação Económica 04050102

As dotações, segundo a classificação orgânica,

estão previstas no orçamento de 2026 de acordo com os montantes que constam no quadro seguinte:

Despesa 2026		
Orgânica	Descrição da competência	Montante da descentralização
0102	Licenciamento OVP	71 606,26 €
04	Limpeza Vias e Espaços Públicos	381 010,86 €
05	Manutenção de Espaços Verdes Escolas	26 952,95 €
06	Espaços Verdes	498 470,75 €
	Mobiliário Urbano	73 190,62 €
Total		1 051 231,44 €

Amadora, 06 de fevereiro de 2026

Diretor do Departamento Financeiro
Dr. Pedro Costa

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ALTERAÇÃO

A Assembleia Municipal da Amadora, na sua Sessão Ordinária de 2026, realizada em 19 e 20 de fevereiro, deliberou aprovar o teor da proposta n.º 126/2026, de 11 de fevereiro da Câmara Municipal da Amadora, que a seguir se transcreve:

Proposta n.º 126/2026

Considerando que:

1. A colaboração autárquica conjunta, em que estejam presentes o respeito pela autonomia, a cooperação, a solidariedade e corresponsabilidade, é vital para que os diferentes órgãos autárquicos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de melhor responderem aos problemas existentes;

2. A descentralização da atividade autárquica tem como objetivo primordial aumentar a eficácia da



resposta aos problemas e necessidades que devem ser ultrapassados todos os dias no território a que corresponde cada freguesia;

3. Resulta da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que os municípios através dos seus órgãos, de modo a prosseguir as suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, podem delegar competências nos órgãos das freguesias;

4. O Município da Amadora, e no garante do interesse das populações, tem vindo a delegar diversas competências na freguesia de Alfragide, através de vários contratos interadministrativos autónomos e dispersos, no que se refere às diversas áreas, nomeadamente, a recolha de objectos volumosos, instalações sanitárias, intervenção sociocultural, gestão de equipamentos desportivos, espaços de jogo e recreio, calçadas, jardim seguro, parques caninos entre outros, que se tem revelado ao longo dos anos, pela obtenção de resultados satisfatórios e que importa dar seguimento;

5. Importa proceder a algumas alterações ao clausulado dos contratos celebrados, nas diversas áreas, ainda dispersos e vigentes nomeadamente, no que se refere aos recursos financeiros a transferir em 2026, de modo a refletirem a atualização da base remuneratória da Administração Pública (BRAP);

6. Face à existência de diversos contratos interadministrativos avulsos relativos a variadas áreas e

celebrados em anos diferentes, justifica-se plenamente a aprovação de um único Contrato Interadministrativo Consolidado, que reúna, num só instrumento, todas as matérias delegadas, garantindo maior segurança jurídica, coerência de execução e estabilidade nas relações entre o município e as freguesias em questão;

7. Através do meu despacho n.º 10/P/2026, foi constituída uma equipa multidisciplinar, a qual elaborou um estudo para a concretização da transferência de competências, cujo documento se considera integralmente por reproduzido para os devidos efeitos legais, nos termos do n.º 1 do artigo 153.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação;

8. Conforme o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, é competência da Câmara Municipal propor, a autorização para a celebração de Contratos Interadministrativos, à Assembleia Municipal;

Propõe-se que a Câmara Municipal da Amadora delibere:

1. Aprovar as alterações ao articulado dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências celebrados com a freguesia de Alfragide, e nos termos do documento em anexo.

2. Aprovar o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com a Freguesia de Alfragide, único e consolidado, e no qual se encontram contempladas todas as alterações introduzidas.



3. Submeter à Assembleia Municipal, a presente proposta para autorização da celebração do referido contrato, ao abrigo da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, para os efeitos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

Amadora, 06 de fevereiro de 2026

O Presidente
Vitor Ferreira

A Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Diversas Competências na Freguesia de Alfragide a que se refere a Proposta supra, foi autorizada pelas deliberações das Assembleias Municipal e de Freguesia de Alfragide, nas suas reuniões de 19 de fevereiro de 2026 e de 21 de abril de 2026, respetivamente.

Abaixo publica-se na íntegra a alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado entre o Município da Amadora e a Freguesia de Alfragide em 19 de maio de 2026.

ALTERAÇÃO
CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ENTRE O
MUNICÍPIO DA AMADORA
E A
FREGUESIA DE ALFRAGIDE

Considerando:

1. O disposto no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em especial o determinado nas suas alíneas i) e j) do n.º 1 do artigo 16.º, alíneas l) e m) do n.º 1 do artigo 33.º e artigos 116.º a 123.º;
2. Que o Município da Amadora tem uma prática de delegação de competências, com resultados posi-

tivos na garantia dos interesses das populações;

3. Que a delegação de competências deve ser acompanhada da transferência dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de acentuada diminuição dos recursos financeiros;

4. Que entre o Município da Amadora e a Junta de Freguesia de Alfragide foi celebrado, em 01.05.2014, um contrato interadministrativo;

5. Que em 10.02.2015, 05.03.2020, 31.12.2020, 4.01.2020, 28.01.2022, e 01.03.2025, foram celebrados contratos interadministrativos para a delegação de competências, respetivamente em matéria de Calçadas, *outdoors*, "Jardim Seguro", Parques Caninos, e Intervenção em Espaço Público;

6. Que a celebração dos contratos interadministrativos pressupõe a prévia autorização, quer das Assembleias de Freguesia, quer das Assembleias Municipais (alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

7. Que se torna necessário proceder a alterações aos supra aludidos contratos interadministrativos, designadamente quanto aos recursos financeiros a transferir, em decorrência quer da atualização face ao Índice de Preços no Consumidor (IPC) 2026, no valor de 2,04%, quer da atualização do valor da base remuneratória da Administração Pública para 2026;

8. Que a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia autorizaram a celebração das presentes



alterações aos contratos interadministrativos, nas suas reuniões de 19/02/2026 e 21/04/2026.

Entre:

O **Município da Amadora**, NIPC 505 456 010, com sede na Avenida Movimento das Forças Armadas, Mina de Água, 2700-595 Amadora e com o endereço eletrónico geral@cm-amadora.pt, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel Torres Ferreira, no uso das competências previstas nas alíneas a) a c) do n.º 1, e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

e

A **Freguesia de Alfragide**, NIF 510 832 733, com sede na Rua Miguel Torga, n.º 2, 2610-086 Amadora, e com o endereço eletrónico geral@freg-alfragide.pt, neste ato representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, António José da Cruz Paulo, no uso das competências previstas nas alíneas a), f) e g), do n.º 1, do artigo 18.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

É subscrito e reciprocamente aceite a presente alteração ao contrato interadministrativo, a qual se rege pelos termos e cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

A Cláusula 1.ª do contrato interadministrativo de 01.05.2014, passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula 1.ª

1. O presente contrato interadministrativo agrega a totalidade das competências delegadas na Junta de

Freguesia de Alfragide.

2. Pelo presente contrato interadministrativo são delegadas na Junta de Freguesia as seguintes competências da Câmara Municipal:

a) Manutenção dos Espaços de Jogo e Recreio, nos termos das alíneas ee) e qq), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

b) Área de Intervenção Social e Cultural, nos termos das alíneas u) e ee), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

c) Gestão dos Serviços de Proximidade de Leitura Pública, nos termos da alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

d) Gestão de Equipamentos Desportivos, nos termos da alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

e) Manutenção de pavimentos em calçada, nos termos das alíneas ee) e qq), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

f) Licenciamento de afixação de publicidade nos painéis publicitários de grande formato com visibilidade ao longe, denominados *outdoors*;

g) As relativas ao projeto “Jardim Seguro”, nos termos da alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

h) Manutenção dos equipamentos específicos destinados aos cães, usualmente designados por parques caninos, nos termos da alínea qq), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constantes do Anexo VII;

i) Realização de pequenas intervenções de reabilitação no espaço público, desde que se revistam de carácter de proximidade e necessidade imediata, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente instruídas de acordo com o procedimento contratual



adequado, nos termos do Código dos Contratos Públicos, excluindo os âmbitos constantes dos demais instrumentos de descentralização em vigor no Município da Amadora.”

Cláusula 2.ª

O n.º 2 da cláusula 11.ª do contrato interadministrativo de 01.05.2014 passa a ter a seguinte redação:

“2. Os recursos a afetar perfazem o valor de € 20 744,59.”

Cláusula 3.ª

O n.º 5 da cláusula 15.ª do contrato interadministrativo de 01.05.2014 passa a ter a seguinte redação:

“5. Os recursos referidos nos números anteriores totalizam o montante global de € 143.248,28 distribuídos da seguinte forma:

a) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) no valor de € 103.686,88;

b) Apoios económicos eventuais no valor de € 16.031,16;

c) Transporte Solidário no valor de € 23.530,24.”

Cláusula 4.ª

O n.º 3 da cláusula 19.ª do contrato interadministrativo de 01.05.2014 passa a ter a seguinte redação:

“3. Os recursos referidos no ponto anterior serão no valor de € 21.302,15.”

Cláusula 5.ª

O n.º 3 da cláusula 24.ª do contrato interadministrativo de 01.05.2014 passa a ter a seguinte redação:

“3. Os recursos referidos no ponto anterior serão no

valor de € 10.239,07.”

Cláusula 6.ª

A cláusula 26.ª do contrato interadministrativo de 01.05.2014 passa a ter a seguinte redação:

“Os meios financeiros a transferir para a recolha de monos são calculados com base no estudo elaborado pelos serviços, perfazendo o montante de € 65 203,32 nos termos do Anexo IV.”

Cláusula 7.ª

O quadro resumo do Anexo I do contrato interadministrativo de 01.05.2014 passa a ter a seguinte redação:

ANEXO I

Quadro Resumo			
Custos de Manutenção Parques Infantis 2026			
Freguesia	Tipo	Áreas a considerar (m²)	Transferência Junta Freguesia
Alfragide	I	352,82	846,77 €
	II	1 754,76	2 088,16 €
	III	2 202,33	7 906,36 €
	IV	4 126,37	9 903,29 €
	Total	8 436,28	20 744,59 €
Tipo. I - Parque com reduzida ou nenhuma zona verde e que possibilita ser encerrado no período noturno - 2,40€/m²/ano			
Tipo. II - Parque com reduzida ou nenhuma zona verde, que não necessita ser encerrado durante o período noturno - 1,19€/m²/ano			
Tipo. III - Parque com amplas zonas verdes e que possibilita ser encerrado no período noturno - 3,59€/m²/ano			
Tipo. IV - Parque com amplas zonas verdes, que não necessita ser encerrado durante o período noturno - 2,40€/m²/ano			

Cláusula 8.ª

O quadro do Anexo IV do contrato interadministra-



tivo de 01.05.2014 passa a ter a seguinte redação:

ANEXO IV

FREGUESIA	Quantidades (ton)*	Quantidades (%)	Afetação de custos
Alfragide	323,22	9%	€ 65 203,32

*sem resíduos verdes

Cláusula 9.ª

Com a presente alteração ao contrato interadministrativo de 10.02.2015 (Calçadas), suprimem-se os considerandos, bem como as cláusulas 1.ª a 4.ª e 10.ª a 20.ª.

Cláusula 10.ª

O n.º 2 da cláusula 9.ª do contrato interadministrativo de 10.02.2015 (Calçadas) passa a ter a seguinte redação:

"2. Os recursos referentes à manutenção dos pavimentos em calçadas serão no valor anual de € 46 066,12."

Cláusula 11.ª

Com a presente alteração ao contrato interadministrativo de 05.03.2020 (*Outdoors*) suprimem-se os considerandos, bem como as cláusulas 3.ª, 4.ª, 11.ª a 14.ª, e 16.ª a 19.ª.

Cláusula 12.ª

Com a presente alteração ao contrato interadministrativo de 31.12.2020 (Jardim Seguro) suprimem-se os considerandos, bem como as cláusulas 1.ª a 4.ª e 10.ª a 20.ª.

Cláusula 13.ª

O n.º 3 da cláusula 9.ª do contrato interadministrativo

tivo de 31.12.2020 (Jardim Seguro) passa a ter a seguinte redação:

"3. Os recursos referidos no número anterior serão no valor anual de € 8 966,32."

Cláusula 14.ª

Com a presente alteração ao contrato interadministrativo de 31.12.2020 (Parques Caninos) suprimem-se os considerandos, bem como as cláusulas 1.ª a 4.ª e 10.ª a 20.ª.

Cláusula 15.ª

O n.º 3 da cláusula 9.ª do contrato interadministrativo de 31.12.2020 (Parques Caninos) passa a ter a seguinte redação:

"3. Os recursos referidos no número anterior serão no valor anual de € 9 355,33."

Cláusula 16.ª

O quadro do Anexo IV do contrato interadministrativo de 31.12.2020 (Parques Caninos) passa a ter a

Anexo IV

Freguesias	N.º de parques	Área (m²)	Total
Alfragide	3	1363,75	€ 9 355,33

seguinte redação:

Cláusula 17.ª

Com a presente alteração ao contrato interadministrativo de 01.03.2025 (Intervenção em Espaço Público) suprimem-se os considerandos, bem como as cláusulas 1.ª a 4.ª e 10.ª.

Cláusula 18.ª

O n.º 1 da cláusula 6.ª do contrato interadministrativo



tivo de 01.03.2025 (Intervenção em Espaço Público) passa a ter a seguinte redação:

1. "A Junta de freguesia deverá:

a) (...)

b) Instruir cada pedido de intervenção com os elementos mínimos e suficientes de acordo com a legislação em vigor, de modo adequado à prossecução dos trabalhos que se propõe realizar, de acordo com critérios de necessidade, oportunidade e execução;

c) (...)

d) (...)

e) Publicitar a intervenção, por todas as vias adotadas, com a expressa referência a "Obra executada pela Junta de Freguesia de Alfragide e financiada pela Câmara Municipal da Amadora", com o logótipo, bem como com a indicação do início e duração, de acordo com o modelo a disponibilizar pela edilidade."

Cláusula 19.^a

A alínea a) da cláusula 7.^a do contrato interadministrativo de 01.03.2025 (Intervenção em Espaço Público) passa a ter a seguinte redação:

a) "Aprovar, através de despacho do Presidente da Câmara, mediante validação técnica dos serviços, as intervenções apresentadas pela Junta de Freguesia, devidamente instruídas pelos elementos necessários, de acordo com a legislação em vigor e com o procedimento contratual adequado, nos termos do Código dos Contratos Públicos;"

Cláusula 20.^a

A cláusula 8.^a do contrato interadministrativo de 01.03.2025 (Intervenção em Espaço Público) passa a ter a seguinte redação:

1. "(...)"

2. Os recursos financeiros serão transferidos de

acordo com a apresentação de auto de medição/fatura-detalhada a que correspondam os trabalhos efetuados e devidamente verificados, mediante verificação municipal.

3. Os recursos totais referidos nos números anteriores terão um máximo de € 200.000,00 (duzentos mil euros), incluindo o IVA à taxa legal aplicável, pagos de acordo com o comprovativo da sua execução.

4. As verbas não contratualizadas até 30 de novembro de cada ano serão estornadas no final do ano.

5. Os trabalhos contratualizados aprovados em cada ano apenas poderão transitar para execução e pagamento até ao final do primeiro trimestre do ano seguinte."

Cláusula 21.^a

A presente alteração entra em vigor no dia seguinte ao da sua assinatura.

O presente contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Amadora, 19 de maio de 2026

Pelo Município da Amadora
O Presidente da Câmara
Vitor Manuel Torres Ferreira

Pela Freguesia de Alfragide
O Presidente da Junta
António José da Cruz Paulo



**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
CONSOLIDAÇÃO**

A transferência de recursos para a Junta de Freguesia de Alfragide para o Exercício das Competências (Consolidação) a que se refere a Proposta supra, foi autorizada pelas deliberações das Assembleias Municipais e de freguesia de Alfragide, nas suas reuniões de 19 de fevereiro de 2026 e de 21 de abril de 2026, respetivamente.

Abaixo publica-se na íntegra a Consolidação - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado entre o Município da Amadora e a Freguesia de Alfragide em 19 de maio de 2026.

CONSOLIDAÇÃO

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ENTRE O
MUNICÍPIO DA AMADORA
E A
FREGUESIA DE ALFRAGIDE**

Considerando:

1. O disposto no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em especial o determinado nas suas alíneas i) e j) do n.º 1 do artigo 16.º, alíneas l) e m) do n.º 1 do artigo 33.º e artigos 116.º a 123.º;
2. Que o Município da Amadora tem uma prática de delegação de competências, com resultados positivos na garantia dos interesses das populações;
3. Que a delegação de competências deve ser acompanhada da transferência dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de acentuada diminuição dos recursos financeiros;
4. Que foram promovidos os estudos necessários à demonstração dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
5. Que a celebração dos contratos interadministrativos pressupõe a prévia autorização, quer das Assembleias de Freguesia, quer das Assembleias Municipais (alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);
6. Que entre o Município da Amadora e a Junta de Freguesia de Alfragide foi celebrado um contrato interadministrativo, em 01.05.2014;
7. Que em 10.02.2015, 05.03.2020, 31.12.2020, 28.01.2022 e 01.03.2025, foram celebrados contratos interadministrativos para a delegação de competências, respetivamente em matéria de Calçadas, *Outdoors*, "Jardim Seguro", Parques Caninos, e Intervenção em Espaço Público;
8. Que, em matéria de "Jardim Seguro", os parques e jardins do concelho da Amadora, além dos espaços verdes, encontram-se dotados de modernos equipamentos de jogo e recreio, bem como equipamentos de *fitness* instalados de forma permanente, cuja utilização e fruição é facultada, a título gratuito, à população;
9. Que, em 2006, foi criado, com resultados positivos, o programa "Jardim Seguro", projeto de cariz social e ocupacional, que permitiu integrar a população sénior na vigilância dos parques do concelho;



10. Que em matéria de parques caninos, o concelho da Amadora, além dos espaços verdes, encontra-se dotado de equipamentos específicos destinados aos cães, cuja utilização e fruição é facultada, a título gratuito, à população;

11. Que é importante assegurar no âmbito do projeto “Jardim Seguro” e dos Parques Caninos, que os equipamentos instalados se mantêm em bom estado de conservação, prevenindo e evitando atos de vandalismo e assegurando a sua integridade, durabilidade e pleno usufruto por parte da população;

12. A par, é importante assegurar a inspeção visual de rotina, com o objetivo de verificar riscos óbvios que possam resultar, por exemplo, do uso normal, de atos de vandalismo ou condições adversas;

13. Que em matéria de *Outdoors* se torna necessário transferir para a Junta de Freguesia o licenciamento de afixação de publicidade em painéis publicitários de grande formato com visibilidade ao longe;

14. Que se torna necessário proceder à consolidação, num único documento, do conjunto de competências delegadas na Junta de Freguesia de Alfragide, e anteriormente dispersas nos supra aludidos contratos interadministrativos, justificando-se a redação de um novo contrato interadministrativo;

15. Que a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia autorizaram a celebração do presente contrato interadministrativo nas suas reuniões de 19/02/2026 e 21/04/2026.

Entre:

O **Município da Amadora**, NIPC 505 456 010, com

sede na Avenida Movimento das Forças Armadas, Mina de Água, 2700-595 Amadora e com o endereço eletrónico geral@cm-amadora.pt, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel Torres Ferreira, no uso das competências previstas nas alíneas a) a c) do n.º 1, e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

e

A **Freguesia de Alfragide**, NIF 510 832 733, com sede na Rua Miguel Torga, nº 2, 2610-086 Amadora, e com o endereço eletrónico geral@freg-alfragide.pt, neste ato representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, António José da Cruz Paulo, no uso das competências previstas nas alíneas a), f) e g), do n.º 1, do artigo 18.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

É subscrito e reciprocamente aceite a celebração do presente contrato interadministrativo, o qual se rege pelos termos e cláusulas seguintes:

TÍTULO I

Competências Gerais

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente contrato interadministrativo consolida a totalidade das competências delegadas na Junta de Freguesia de Alfragide.

2. Pelo presente contrato interadministrativo são delegadas na Junta de Freguesia as seguintes competências da Câmara Municipal:



a) Manutenção dos Espaços de Jogo e Recreio, nos termos das alíneas ee) e qq), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

b) Área de Intervenção Social e Cultural, nos termos das alíneas u) e ee), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

c) Gestão dos Serviços de Proximidade de Leitura Pública, nos termos da alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

d) Gestão de Equipamentos Desportivos, nos termos da alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

e) Manutenção de pavimentos em calçada, nos termos das alíneas ee) e qq), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

f) Licenciamento de afixação de publicidade nos painéis publicitários de grande formato com visibilidade ao longe, denominados *outdoors*;

g) As relativas ao projeto "Jardim Seguro", nos termos da alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

h) Manutenção dos equipamentos específicos destinados aos cães, usualmente designados por parques caninos, nos termos da alínea qq), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constantes do Anexo VII.

i) Realização de pequenas intervenções de reabilitação no espaço público, desde que se revistam de carácter de proximidade e necessidade imediata, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente instruídas de acordo com o procedimento contratual adequado, nos termos do Código dos Contratos Públicos, excluindo os âmbitos constantes dos demais instrumentos de descentralização em vigor no Município da Amadora.

Cláusula 2.ª

Forma do contrato

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito, composto pelo respetivo clausulado e pelos anexos que dele fazem parte integrante.

Cláusula 3.ª

Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem integrante;

b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2. Subsidiariamente, observar-se-ão ainda:

a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;

b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.ª

Condições de exercício das competências

1. O exercício das competências delegadas deve efetuar-se em conformidade com as normas e orientações técnicas fixadas no presente contrato, regulamentos municipais e disposições legais em vigor.

2. São da inteira e exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia quaisquer danos causados, por ação ou omissão, no exercício das competências delegadas.



Cláusula 5.ª

Atividades ruidosas

A Junta de Freguesia, no âmbito da sua competência material e de licenciamento de atividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes, e no estrito cumprimento do Regulamento Geral do Ruído, com competências atribuídas à Câmara Municipal, articula com esta a sua aplicação.

CAPÍTULO II

Competências e recursos

SECÇÃO I

Manutenção dos Espaços de Jogo e Recreio

Cláusula 6.ª

Competências delegadas

A Câmara Municipal da Amadora delega na Junta de Freguesia de Alfragide a abertura, encerramento, limpeza e manutenção das zonas verdes dos espaços de jogo e recreio, e define no Anexo I os recursos necessários e suficientes para a execução da presente delegação de competências.

Cláusula 7.ª

Tipologias dos espaços de jogo e recreio

1. Os espaços de jogo e recreio classificam-se de acordo com a seguinte tipologia:

- a)** Tipologia I – Parque com reduzida ou nenhuma zona verde e que possibilita ser encerrado no período noturno;
- b)** Tipologia II – Parque com reduzida ou nenhuma zona verde, que não necessita ser encerrado durante o período noturno;
- c)** Tipologia III – Parque com amplas zonas verdes e que possibilita ser encerrado no período noturno;

d) Tipologia IV – Parque com amplas zonas verdes, que não necessita ser encerrado durante o período noturno.

2. A classificação do espaço de jogo e recreio de acordo com a sua tipologia encontra-se definida no Anexo II.

Cláusula 8.ª

Obrigações da Junta de Freguesia

As obrigações da Junta de Freguesia dependem da tipologia de espaços de jogo e recreio, conforme decorre do Anexo II.

Cláusula 9.ª

Obrigações da Câmara Municipal

1. A Câmara Municipal obriga-se, relativamente a cada espaço de jogo e recreio, a:

- a)** Entregar uma cópia das chaves do espaço de jogo e recreio à Junta de Freguesia;
- b)** Proceder mensalmente à transferência do valor correspondente ao produto dos metros quadrados de área dos espaços de jogo e recreio pelo valor unitário estabelecido no contrato, de acordo com a tipologia dos espaços de jogo e recreio;
- c)** Verificar, com regularidade, o cumprimento das obrigações constante no presente contrato.

2. Relativamente ao espaço verde ou ajardinado sito no interior do espaço de jogo e recreio, a Câmara Municipal obriga-se a:

- a)** Disponibilizar os espaços em boas condições, com contador de água instalado e com o sistema de rega a funcionar normalmente;
- b)** Verificar com regularidade o estado da manutenção das zonas verdes;
- c)** Proceder ao pagamento dos consumos de água



referente aos espaços disponibilizados;

d) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas;

e) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia no âmbito das matérias delegadas.

Cláusula 10.ª

Ocorrências e emergências

A Junta de Freguesia deve comunicar à Câmara Municipal, imediatamente, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o normal funcionamento do espaço de jogo e recreio.

Cláusula 11.ª

Recursos

1. Os recursos financeiros a afetar à presente delegação de competência dependem das tarefas realizadas pela Junta de Freguesia em relação a cada espaço de jogo e recreio, de acordo com a seguinte tipologia e valores:

a) Tipologia I – 2,2€/ m2/ ano;

b) Tipologia II – 1,1€/ m2/ ano;

c) Tipologia III – 3,3€/ m2/ ano;

d) Tipologia IV – 2,2€/ m2/ ano.

2. Os recursos a afetar perfazem o valor de € 20 744,59.

SECÇÃO II

Área de Intervenção Socio Cultural

Cláusula 12.ª

Competências delegadas

A Câmara Municipal da Amadora delega na Junta de Freguesia de Alfragide o atendimento geral de natureza social, no âmbito do serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS), bem

como a dinamização do serviço de transporte solidário.

Cláusula 13ª

Objetivos

O serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) assegura o atendimento e acompanhamento social de munícipes, especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social, prosseguindo os seguintes objetivos:

a) Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação;

b) Apoiar em situações de vulnerabilidade social;

c) Prevenir situações de pobreza e de exclusão social;

d) Contribuir para aquisição e/ou fortalecimento das competências dos munícipes, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social;

e) Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção;

f) Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e económica.

Cláusula 14.ª

Definições

Para os efeitos da presente secção, considera-se:

a) 1.ª linha: primeiro patamar de intervenção. Consiste na realização de atendimento assegurado pelas Juntas de Freguesia, no âmbito do qual é identificada a necessidade e efetuado um pré-diagnóstico;

b) 2.ª linha ou acompanhamento social: segundo patamar de intervenção assegurado pelas Juntas de



Freguesia, sempre que haja necessidade de acompanhamento social. Compreende a realização de uma avaliação diagnóstica da situação, a contratualização da intervenção e o posterior acompanhamento e/ou monitorização do acordo de inserção social;

c) Atendimento especializado: assegurado pela Câmara Municipal da Amadora ou outra entidade mediante contratualização, sempre que se encontre justificada uma intervenção qualificada nas seguintes áreas: toxicodependência, pessoas em situação de sem abrigo, violência doméstica, insalubridade e deficiência. O encaminhamento é efetuado através de sinalização para a Câmara Municipal da Amadora para que seja complementado o diagnóstico e definidas estratégias de intervenção na área específica;

d) Equipa de atendimento e acompanhamento, que assegura o atendimento e acompanhamento social, constituída pelo:

i. Técnico Gestor de Processo (TGP), com formação superior na área das ciências sociais, que atende e avalia a situação social e familiar do munícipe, elabora o diagnóstico social com base no atendimento e visitas domiciliárias realizadas, contratualiza com o munícipe o acordo de inserção com vista à sua integração pessoal, social e económica, acompanha e avalia periodicamente as ações definidas no acordo de inserção, procedendo a ajustamentos quando necessário com vista ao seu cumprimento, aciona os recursos existentes na comunidade, procede à informatização do processo e respetiva atualização na plataforma SISS/ASIP ou outra que venha a ser indicada;

ii. Assistente técnico: a quem compete efetuar as marcações do atendimento e acompanhamento social e realizar todas as tarefas administrativas

inerentes ao processo;

iii. Ajudante de ação direta, com formação de técnico profissional na área da ação social: a quem compete apoiar o TGP no acompanhamento dos acordos de inserção, nomeadamente nas visitas domiciliárias, no acompanhamento dos munícipes para regularização de documentação, no preenchimento de formulários, no apoio na organização e no planeamento das atividades da vida diária.

e) Transporte Solidário: transporte gratuito de munícipes residentes na freguesia em situação de vulnerabilidade. O serviço visa promover a acessibilidade, facilitando e articulando as deslocações de proximidade nos termos a definir por cada Junta de Freguesia.

Cláusula 15.ª

Obrigações da Câmara Municipal

Pelo presente contrato, a Câmara Municipal, no âmbito do SAAS, obriga-se a:

a) Assegurar o atendimento e acompanhamento social especializado;

b) Assegurar que o atendimento especializado é efetuado diretamente pelos serviços competentes da Câmara Municipal ou contratualizado com outras entidades, nomeadamente instituições de solidariedade social;

c) Assegurar diariamente o atendimento social de emergência por sinalização direta de 2.ª a 6.ª feira, das 9h30m às 13h00m e das 14h00m às 16h30m, ou por encaminhamento da Linha Nacional de Emergência Social, desde que não exista TGP ou que o último atendimento social tenha sido efetuado há mais de 6 meses;

d) Remeter ao serviço de atendimento e acompanhamento social da Junta de Freguesia as situações sociais identificadas no seu território para acom-



panhamento social, assim como as provenientes do atendimento social de emergência;

e) Efetuar a transferência de verba para prestação de apoios a munícipes em situação de vulnerabilidade económica e social que estejam em acompanhamento, tendo por base o número de população residente na freguesia e a verba transferida anualmente da administração central para a Câmara Municipal da Amadora, para a rubrica de apoios eventuais;

f) Assegurar formação à equipa de atendimento e acompanhamento social afeta ao SAAS;

g) Realizar a monitorização e avaliação do SAAS;

h) Assegurar a supervisão técnica da equipa de atendimento e acompanhamento social;

i) Disponibilizar trimestralmente à Junta de Freguesia o relatório de execução, proveniente da monitorização mensal.

Cláusula 16.ª

Obrigações da Junta de Freguesia

1. Pelo presente contrato, a Junta de Freguesia, no âmbito do SAAS, obriga-se a:

a) Assegurar o funcionamento de um serviço de atendimento e acompanhamento social aos munícipes, de 2.ª a 6.ª feira, das 9h30m às 13h00m e das 14h00m às 16h30m;

b) Assegurar as marcações de atendimento social presencialmente, por telefone, correio eletrónico ou através de outro meio que venha a ser implementado;

c) Garantir o funcionamento de uma equipa de atendimento e acompanhamento;

d) Efetuar diariamente o atendimento e acompanhamento social a todos os munícipes que recorrem a este serviço e que sejam residentes na área territorial da freguesia;

e) Garantir que o atendimento e acompanhamento social é realizado por um técnico com formação superior na área das ciências sociais da equipa de atendimento e acompanhamento social da Junta de Freguesia;

f) Informar a Câmara Municipal da Amadora dos técnicos afetos à equipa de atendimento e acompanhamento social, assim como qualquer alteração que ocorra no prazo de 24 horas;

g) Prestar apoios eventuais a munícipes em situação de vulnerabilidade económica e social que estejam em acompanhamento, de acordo com o regulamento municipal do Fundo de Coesão Social;

h) Garantir a não duplicação dos apoios prestados, nomeadamente no que se refere às respostas já enquadradas no regulamento municipal do Fundo de Coesão Social (medicação e cartão Amadora Solidária);

i) Disponibilizar um espaço para atendimento social sempre que solicitado pela Câmara Municipal;

j) Disponibilizar à Câmara Municipal toda a informação solicitada sobre os processos de atendimento e acompanhamento social;

k) Elaborar e disponibilizar à Câmara Municipal os relatórios de execução mensal.

2. A Junta de Freguesia deve ainda garantir que a equipa do atendimento e acompanhamento se compromete a:

a) Organizar um processo individual por agregado familiar, que deve conter a seguinte informação:

i. Caracterização do/a munícipe e respetivo agregado familiar;

ii. Diagnóstico social;

iii. Ficha de acompanhamento;

iv. Registo das diligências e visitas domiciliárias efetuadas;



- v. Acordo de inserção;
- vi. Avaliação do acordo de inserção;
- vii. Monitorização mensal.
- b) Manter em acompanhamento social uma média de cem processos por mês;
- c) Registrar informaticamente no SISS/ASIP todos os processos de atendimento e acompanhamento e as suas atualizações;
- d) Registrar informaticamente no SISS/ASIP todos os apoios eventuais prestados aos munícipes, para que os mesmos possam ser considerados elegíveis no âmbito da transferência de verbas para apoios eventuais;
- e) Obter a declaração de consentimento dos titulares do processo para recolha e tratamento das informações e dados do agregado familiar fornecidos pelo mesmo;
- f) Participar nas reuniões periódicas de equipa, ações de formação e, bem assim, nas sessões de supervisão do atendimento e acompanhamento;
- g) Assegurar a guarda e confidencialidade dos processos referentes aos atendimentos efetuados;
- h) Disponibilizar mensalmente à Câmara Municipal, até ao 10.º dia do mês seguinte, os dados dos atendimentos e acompanhamentos sociais, através do preenchimento de instrumento de monitorização fornecido pela mesma;
- i) Colaborar com a Câmara Municipal no diagnóstico de necessidades de intervenção, definição de estratégias de combate à pobreza e exclusão social, bem como na monitorização e acompanhamento de problemas sociais complexos.

3. A Junta de Freguesia, no âmbito do Transporte Solidário, obriga-se a garantir o transporte gratuito aos munícipes residentes na freguesia que estejam em situação de carência económica comprovada

para situações relacionadas com a saúde e apoio social.

Cláusula 17.ª

Recursos

1. A Câmara Municipal afetará recursos financeiros para assegurar o funcionamento do SAAS e do Transporte Solidário, nos termos dos números seguintes.

2. No âmbito do SAAS, a verba a transferir destina-se a assegurar:

a) Afetação de recursos humanos, com observância dos seguintes critérios:

i. Dois técnicos superiores para freguesias até 30.000 habitantes ou três técnicos superiores para freguesias com número de residentes superior;

ii. Um assistente técnico com funções administrativas;

iii. Um assistente técnico com função de acompanhamento psicossocial.

b) Atribuição de apoios económicos eventuais.

3. No âmbito da gestão do Transporte Solidário, a verba a transferir destina-se a assegurar a manutenção e o combustível da viatura e a afetação de um assistente operacional.

4. Os recursos financeiros são transferidos trimestralmente mediante avaliação dos relatórios de execução.

5. Os recursos referidos nos números anteriores totalizam o montante global de 143.248,28 €, distribuídos da seguinte forma:

a) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), no valor de 103.686,88 €;



- b)** Apoios económicos eventuais, no valor de 16.031,16 €;
- c)** Transporte Solidário, no valor de 23.530,24 €.

SECÇÃO III

Serviços de Proximidade de Leitura Pública

Cláusula 18.ª

Competências delegadas

A Câmara Municipal delega na Junta de Freguesia de Alfragide a competência para garantir o funcionamento, na Freguesia, de um serviço de proximidade de leitura pública.

Cláusula 19.ª

Obrigações da Junta de Freguesia

Durante o período de vigência do presente contrato, constituem obrigações da Junta de Freguesia, nomeadamente:

- a)** Criar um conjunto de regras que pautem e regulem o acesso ao serviço, a consulta e a utilização dos documentos, a requisição e utilização domiciliária dos mesmos, respetivos prazos de devolução e, bem assim, os direitos e deveres dos utilizadores do serviço;
- b)** Facilitar o acesso da população, através do empréstimo domiciliário ou consulta local, a livros, periódicos, documentos audiovisuais e outro tipo de suportes documentais, dando resposta às necessidades de informação, cultura, educação contínua e lazer, no pleno respeito pela diversidade humana, segundo os princípios definidos pelo Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas;
- c)** Incentivar o gosto pela leitura e promover a literacia, contribuindo para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais;
- d)** Contribuir de uma forma criativa para a ocupação

dos tempos livres da população;

- e)** Orientar os serviços prestados e os conteúdos informacionais de acordo com as necessidades dos utilizadores;
- f)** Desenvolver atividades de renovação e atualização dos seus fundos;
- g)** Organizar e tratar do ponto de vista técnico os seus fundos;
- h)** Gerir o empréstimo e circulação de documentos;
- i)** Promover exposições, conferências, sessões de leitura e outras atividades de animação cultural e de promoção da leitura;
- j)** Dar informação especializada ao leitor.

Cláusula 20.ª

Obrigações da Câmara Municipal

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a Câmara Municipal compromete-se a:

- a)** Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, na estrita medida das suas possibilidades;
- b)** Garantir monitorização e acompanhamento técnico.

Cláusula 21.ª

Recursos

- 1.** Para a execução do presente contrato de delegação de competências, a Junta de Freguesia receberá todas as receitas provenientes da gestão integrada do equipamento, destinando-se as mesmas única e exclusivamente a custear as despesas decorrentes do funcionamento, manutenção, conservação, reparação e limpeza do equipamento.
- 2.** A Câmara Municipal afetará os recursos financeiros necessários para custear a gestão do espaço, a serem transferidos mensalmente.



3. Os recursos referidos no ponto anterior serão no valor de 21.302,15 €.

SECÇÃO IV

Equipamentos Desportivos

Cláusula 22.ª

Competências delegadas

1. A Câmara Municipal delega na Junta de Freguesia de Alfragide a gestão, conservação, reparação e limpeza dos seguintes equipamentos desportivos:

- a)** Polidesportivo do Parque Urbano da Buraca;
- b)** Minicampo do Zambujal;
- c)** Pavilhão da Quinta Grande;
- d)** Moinho de vento localizado na Avenida das Laranjeiras, confrontando com a Rua do Miradouro e a Travessa das Torres;
- e)** Moinho de vento sito no Parque do Alto do Moinho.

2. Os moinhos de vento serão entregues à Junta de Freguesia no estado em que se encontram atualmente.

Cláusula 23.ª

Obrigações da Junta de Freguesia

1. Durante o período de vigência do presente contrato, constituem obrigações da Junta de Freguesia, designadamente:

- a)** Gerir os equipamentos no âmbito estrito das suas atividades e sem fins lucrativos, sem prejuízo da faculdade de arrecadar receitas nos termos previstos na cláusula 26.ª;
- b)** Guardar e conservar em bom estado os equipamentos;
- c)** Disponibilizar, sem quaisquer encargos, as instalações mencionadas para a realização de atividades

promovidas ou apoiadas pela Câmara Municipal, mediante solicitação prévia a apresentar até 15 dias antes;

d) Não utilizar os equipamentos para fins distintos daqueles a que se destinam;

e) Tolerar quaisquer benfeitorias que a Câmara Municipal queira realizar nos equipamentos;

f) Custear os encargos de funcionamento, manutenção e conservação dos equipamentos, designadamente as despesas com pessoal, limpeza interior e exterior, segurança, vigilância e pequenas obras de conservação e reparação ordinárias;

g) Avisar a Câmara Municipal sempre que tenha conhecimento de quaisquer vícios nos equipamentos ou que terceiros arrogam direitos sobre os mesmos;

h) Elaborar propostas de regulamentos sobre a utilização dos equipamentos, cuja eficácia depende de aprovação por parte da Câmara Municipal;

i) Afixar em local visível os regulamentos de utilização, com as regras que devem ser observadas pelos utilizadores dos equipamentos;

j) Zelar pelo integral cumprimento do regulamento e normas legais e regulamentares em vigor;

k) No termo de vigência do contrato, restituir os equipamentos no estado de conservação em que se encontravam à data da sua assinatura, com ressalva da deterioração causada pelo seu uso normal e prudente;

l) Dinamizar, diretamente ou por intermédio do movimento associativo da freguesia, os moinhos de vento referidos nas alíneas d) e e) da cláusula 22.ª.

2. A Junta de Freguesia, relativamente ao equipamento referido na alínea c), d) e e) da cláusula 22.ª, para além das obrigações elencadas no n.º 1, está ainda obrigada ao pagamento das despesas



com água, eletricidade, gás, comunicações, quaisquer taxas e tarifas, bem como prémios de seguro de incêndio, responsabilidade civil e todos os demais legalmente exigíveis, fazendo prova anualmente do respetivo pagamento, junto da Câmara Municipal.

3. Qualquer proposta de alteração da estrutura do equipamento e/ou fins a que se destina deverá ser submetida à aprovação da Câmara Municipal.

4. Qualquer obra que implique a modificação ou alteração da construção existente dependerá sempre de autorização prévia da Câmara Municipal.

5. Quaisquer benfeitorias realizadas nos equipamentos considerar-se-ão propriedade do Município, sem que para tal haja lugar ao ressarcimento de qualquer quantia despendida.

6. A Junta de Freguesia deve salvaguardar que o tempo de utilização dos equipamentos é distribuído, de modo equitativo, por todos os utilizadores.

7. À Junta de Freguesia é vedado concessionar o equipamento ora cedido.

Cláusula 24.ª

Obrigações da Câmara Municipal

Durante a vigência do presente contrato, a Câmara Municipal obriga-se a:

- a)** Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, na medida das suas disponibilidades;
- b)** Garantir monitorização e acompanhamento técnico;
- c)** Abster-se de atos que impeçam ou restrinjam o uso do equipamento para os fins que lhe são

próprios.

Cláusula 25.ª

Ocorrências e emergências

A Junta de Freguesia deve comunicar à Câmara Municipal, imediatamente, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o normal funcionamento dos equipamentos.

Cláusula 26.ª

Recursos

1. Para a execução do presente contrato de delegação de competências, a Junta de Freguesia receberá todas as receitas provenientes da gestão integrada do equipamento, destinando-se as mesmas única e exclusivamente a custear as despesas decorrentes do funcionamento, manutenção, conservação, reparação e limpeza do equipamento.

2. A Câmara Municipal afetará os recursos financeiros necessários para custear a gestão do espaço, a serem transferidos mensalmente.

3. Os recursos referidos no ponto anterior serão no valor de 10.239,07 €.

SECÇÃO V

Recolha de Objetos Volumosos

Cláusula 27.ª

Recolha de objetos volumosos fora de uso

1. O exercício da presente competência envolve a recolha dos objetos volumosos fora de uso, dos resíduos verdes provenientes da manutenção de pequenos jardins particulares, bem como de resíduos de construção e demolição (RCD) até 1m³, que se encontrem depositados na via pública e noutros



espaços públicos.

2. Para cumprimento do objeto do presente contrato, a Câmara Municipal da Amadora disponibilizará, dentro do horário definido no Regulamento de Utilização do Ecocentro de Carenque na Amadora, a sua utilização para deposição dos resíduos transportados pela Junta de Freguesia.

3. São cometidos à Junta de Freguesia os encargos inerentes à recolha e transporte dos resíduos referidos no n.º 1 da presente cláusula para o Ecocentro de Carenque na Amadora.

4. A Junta de Freguesia compromete-se a cumprir com todas as instruções da Câmara Municipal, destinadas a garantir a melhor operacionalidade do Ecocentro de Carenque na Amadora, designadamente, a deposição seletiva dos vários resíduos, conforme definido no Regulamento de Utilização do Ecocentro de Carenque na Amadora.

Cláusula 28.ª

Recursos

Os meios financeiros a transferir para a recolha de monos são calculados com base no estudo elaborado pelos serviços, perfazendo o montante de 65 203,32 €, nos termos do Anexo III.

Título II

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

SECÇÃO I

Calçadas

Cláusula 29.ª

Competências delegadas

A Câmara Municipal da Amadora delega na Junta de

Freguesia de Alfragide a competência para a manutenção de pavimentos em calçada, incluindo nesta a manutenção de sinalização vertical e pilaretes inseridos nos mesmos, bem como a definição dos recursos necessários e suficientes para a execução da presente delegação de competências.

Cláusula 30.ª

Obrigações da Junta de Freguesia

1. A Junta de Freguesia compromete-se a:

- a) Realizar todos os trabalhos que se afigurem necessários para reparar pavimentos em calçada que se encontrem danificados na área territorial da Freguesia;
- b) Rodar os sinais verticais, incluindo os respetivos painéis, quando estes não se encontrem na posição correta;
- c) Endireitar, se necessário através de remoção e recolocação, o mastro de sinalização, de modo que o mesmo fique apurado;
- d) Remover e recolocar pilaretes de acordo com as instruções da Câmara Municipal;
- e) Reparar os pavimentos em calçada, quando para os mesmos resultem danos em virtude da rodagem, remoção e recolocação de sinais verticais e pilaretes;
- f) Realizar os trabalhos previstos na alínea a) no prazo máximo de 48 horas;
- g) Realizar os trabalhos previstos nas alíneas b), c), d) e e) no prazo máximo de 24 horas;
- h) Informar a Câmara Municipal de situações anómalas relacionadas com a conservação das calçadas que não se enquadrem no âmbito do presente contrato;
- i) Não instalar mobiliário urbano, nem alterar o que foi instalado pela Câmara Municipal, designada-



mente sinalização vertical e pilaretes, sem autorização prévia.

Cláusula 31.ª

Obrigações da Câmara Municipal

A Câmara Municipal obriga-se a:

- a)** Informar a Junta de Freguesia sempre que sejam rececionadas áreas de calçada em novos empreendimentos;
- b)** Proceder mensalmente à transferência do valor previsto na cláusula 33.ª;
- c)** Verificar, com regularidade, o cumprimento das obrigações constantes no presente contrato;
- d)** Disponibilizar, em função da disponibilidade e caso se justifique, apoio técnico, quando solicitado pela Junta de Freguesia.

Cláusula 32.ª

Ocorrências e emergências

A Junta de Freguesia deve comunicar à Câmara Municipal, imediatamente, qualquer anomalia que coloque ou possa colocar em perigo a circulação de pessoas.

Cláusula 33.ª

Recursos

- 1.** Os recursos financeiros destinados à manutenção dos pavimentos são disponibilizados pela Câmara Municipal e transferidos mensalmente para a Junta de Freguesia.
- 2.** Os recursos referentes à manutenção dos pavimentos em calçadas serão no valor anual de € 46.066,12.

SECÇÃO II

Outdoors

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Cláusula 34.ª

Objeto

- 1.** Pelo presente contrato interadministrativo é delegada na Junta de Freguesia a competência do Município quanto ao licenciamento de afixação de publicidade nos painéis publicitários de grande formato com visibilidade ao longe, denominados *outdoors*, que se encontram quantificados e identificados no Anexo IV.
- 2.** Este contrato procede ainda à definição dos recursos necessários e suficientes para a execução da presente delegação de competências, sendo que a transferência acima mencionada abrange as estruturas já existentes para o efeito, bem como a criação de outras, previstas no Anexo V.
- 3.** É ainda delegada na Junta de Freguesia a competência referente à fiscalização e à reposição da legalidade referentes à afixação de publicidade nos painéis publicitários de grande formato com visibilidade ao longe, denominados *outdoors*, incluindo-se nesta quer as estruturas já existentes, quer as que irão ser criadas.
- 4.** A presente delegação de competências não implica qualquer transferência financeira por parte do Município, sendo os custos decorrentes do seu exercício suportados pelas respetivas taxas cobradas pelas freguesias.



Cláusula 35.^a

Localização dos painéis

1. Quanto à localização dos painéis publicitários acima mencionados, a Junta de Freguesia deve respeitar integralmente o constante do plano de ordenamento que vier a ser aprovado pelo Município da Amadora.

2. Até à aprovação do plano referido no número anterior, a Junta de Freguesia deve, quanto à colocação de estruturas em matéria de ocupação do domínio público, obedecer aos locais identificados e assinalados no Anexo VI.

Cláusula 36.^a

Condições de exercício das competências

O exercício da competência delegada deve efetuar-se em conformidade com as normas e orientações técnicas fixadas no Anexo VI do presente contrato, regulamentos municipais e disposições legais em vigor.

CAPÍTULO II

Obrigações

Cláusula 37.^a

Obrigações da Câmara Municipal

Constituem obrigações da Câmara Municipal:

- a)** Ministrando formação inicial em matéria de licenciamento e fiscalização;
- b)** Acompanhamento da delegação, mediante prestação de esclarecimentos e o acompanhamento necessário.

Cláusula 38.^a

Obrigações da Junta de Freguesia

Constituem obrigações da Junta de Freguesia, de-

signadamente:

- a)** Informar a Câmara Municipal de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa causar dano ou prejudicar os processos inerentes às competências delegadas;
- b)** Remeter, anualmente, para a Câmara Municipal uma listagem atualizada de todos os licenciamentos e processos de notificação.

Cláusula 39.^a

Processos pendentes

Os processos de notificação pendentes serão remetidos para as Freguesias até ao final do mês seguinte ao da entrada em vigor do presente contrato.

Cláusula 40.^a

Taxas

As taxas cobradas pelo Município relativas à competência objeto de transferência, respeitantes ao ano de 2026, serão transferidas para a Junta de Freguesia, descontando o montante correspondente ao número de meses em que o Município assumiu essa competência.

Cláusula 41.^a

Responsabilidade

A Junta de Freguesia assumirá, de forma exclusiva, toda e qualquer responsabilidade pela reparação de todos os prejuízos de natureza humana ou material, decorrentes do exercício da competência transferida, bem como do uso dos recursos para si transferidos no âmbito da mesma.



SECÇÃO III
Jardim Seguro

Cláusula 42.ª

Competências delegadas

A Câmara Municipal da Amadora delega na Junta de Freguesia de Alfragide a competência para gerir o projeto “Jardim Seguro”, definindo os recursos necessários e suficientes para a execução da presente delegação de competências.

Cláusula 43.ª

Obrigações da Junta de Freguesia

- 1.** A Junta de Freguesia obriga-se a:
 - a)** Vigiar o Parque do Moinho;
 - b)** Assegurar a permanência de dois vigilantes, com as funções previstas nos números seguintes, no parque identificado na alínea anterior, de segunda-feira a sábado, incluindo feriados, no seguinte horário:
 - c)** Os vigilantes referidos anteriormente asseguram a vigilância, de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, no seguinte horário:
 - i)** Horário de inverno (de 21/09 a 21/03) – 9h00m às 18h00m horas;
 - ii)** Horário de verão (de 22/03 a 20/09) – 10h00m às 20h00m horas.
 - d)** Fornecer o fardamento dos vigilantes composto por boné, colete refletor e parka impermeável;
 - e)** Comunicar à Câmara Municipal a identificação de todos os vigilantes, bem como os seus contactos;
 - f)** Informar a Câmara Municipal de situações anómalas relacionadas com o parque;
 - g)** Informar as autoridades policiais de qualquer situação que possa constituir ilícito criminal.
- 2.** O vigilante terá como função exclusiva vigiar o

parque, assegurando a correta utilização do parque infantil e dos espaços verdes, evitando a sua deterioração, por má ou deficiente utilização dos mesmos.

3. Sendo um programa de cariz social e de integração, o vigilante deverá ser residente no município da Amadora, aposentado, com mais de 60 anos e com rendimento anual bruto inferior a 12 RMMG.

4. Além do disposto no número anterior, o vigilante deverá possuir boa acuidade visual e auditiva, possuir facilidade de comunicação, em especial com crianças e jovens, ser responsável e ter espírito de iniciativa.

5. Os vigilantes deverão estar sempre identificados com um cartão de identificação, a emitir pela Câmara Municipal.

6. A Freguesia assegurará, dentro do possível, a integração dos vigilantes que já colaboravam com o projeto “Jardim Seguro” antes da presente delegação de competências.

7. O vigilante não poderá realizar quaisquer outras atividades no parque, além da vigilância do mesmo.

8. Atento o carácter social do projeto, a Junta de Freguesia fará o acompanhamento social dos vigilantes em estrita colaboração com os serviços da Câmara Municipal da Amadora.

Cláusula 44.ª

Obrigações da Câmara Municipal

A Câmara Municipal obriga-se a:

- a)** Planear e assegurar a formação dos vigilantes;
- b)** Proceder mensalmente à transferência do valor



previsto na cláusula 46.^a;

c) Verificar, com regularidade, o cumprimento das obrigações constante no presente contrato.

Cláusula 45.^a

Ocorrências e emergências

A Junta de Freguesia deve comunicar à Câmara Municipal, imediatamente, qualquer anomalia que coloque ou possa colocar em perigo pessoas e bens.

Cláusula 46.^a

Recursos

1. A Câmara Municipal afetará recursos financeiros para prossecução do projeto "Jardim Seguro".

2. Os recursos financeiros serão transferidos mensalmente.

3. Os recursos referidos no número anterior serão no valor anual de € 8.966,32.

SECÇÃO IV

Parques Caninos

Cláusula 47.^a

Competências delegadas

A Câmara Municipal da Amadora delega na Junta de Freguesia de Alfragide a competência relativa à manutenção dos equipamentos específicos destinados aos cães, usualmente designados por parques caninos, definindo os recursos necessários e suficientes para a execução da presente delegação de competências.

Cláusula 48.^a

Obrigações da Junta de Freguesia

1. A Junta de Freguesia obriga-se a:

a) Diariamente, proceder à limpeza do recinto, incluindo as caixas de areão, com a respetiva recolha de lixos e dejetos caninos;

b) Sempre que necessário, proceder à lavagem e/ou desinfeção das caixas de areão com produtos de base biológica, certificados para o efeito;

c) Relativamente à manutenção do areão, diariamente verificar o nível do mesmo, bem como varrer o que estiver fora para dentro da caixa e, sempre que necessário, repor o areão na caixa;

d) Quanto à manutenção das papeleiras, diariamente, despejá-las e, sempre que necessário, lavá-las;

e) Semanalmente, desinfetar os bebedouros com lixívia e limpar as grelhas dos sumidouros respetivos;

f) Semanalmente, ou sempre que necessário, repor os sacos para recolha de dejetos caninos no dispensador;

g) Mensalmente, lubrificar os ferrolhos e as dobradiças dos portões de acesso ao parque;

h) Manter os relvados conservados aparados, saudáveis e limpos;

i) Assegurar que as árvores sejam vigiadas, regadas e limpas de ramos ladrões, corrigindo a "tutoragem" sempre que necessário.

2. À Junta de Freguesia cabe também, sempre que necessário, comunicar à Câmara Municipal, toda a anomalia que não possa ser resolvida pela primeira, nomeadamente avarias nos bebedouros, danos na vedação e danos no portão, entre outras.

3. A Junta de Freguesia deve ainda elaborar um relatório mensal de manutenção, a entregar até ao dia 10 de cada mês, com a indicação de todas as operações de manutenção efetuadas durante o mês



anterior, incluindo a verificação do areão nas respetivas caixas.

Cláusula 49.ª

Obrigações da Câmara Municipal

A Câmara Municipal obriga-se a:

- a)** Proceder mensalmente à transferência do valor previsto na cláusula 51.ª;
- b)** Verificar, com regularidade, o cumprimento das obrigações constante no presente contrato.

Cláusula 50.ª

Ocorrências e emergências

A Junta de Freguesia deve comunicar à Câmara Municipal, imediatamente, qualquer anomalia que coloque ou possa colocar em perigo pessoas e bens.

Cláusula 51.ª

Recursos

- 1.** A Câmara Municipal afetará recursos financeiros para prossecução do objeto do presente contrato.
- 2.** Os recursos financeiros serão transferidos mensalmente.
- 3.** Os recursos referidos no número anterior serão no valor anual de € 9 355,33.

SECÇÃO V

Intervenção em Espaço Público

Cláusula 52.ª

Competências delegadas

A Câmara Municipal delega na Junta de Freguesia a competência relativa à execução de pequenas obras de reabilitação no espaço público que reúnam as condições seguintes:

- a)** Se revistam de carácter de proximidade e necessidade imediata;
- b)** Excluam os âmbitos constantes dos demais instrumentos de descentralização em vigor no Município da Amadora;
- c)** Tenham aprovação prévia pelo Presidente da Câmara;
- d)** Possuam prévia validação técnica dos serviços municipais;
- e)** Sejam instruídas com os elementos suficientes, de acordo com a legislação em vigor de acordo com o procedimento contratual adequado, nos termos do Código dos Contratos Públicos;
- f)** Sejam iniciadas após a formal validação e aprovação municipal.

Cláusula 53.ª

Obrigações da Junta de Freguesia

- 1.** A Junta de Freguesia deverá:
 - a)** Submeter à aprovação prévia do Presidente da Câmara Municipal cada pedido de intervenção, mediante validação técnica dos serviços municipais;
 - b)** Instruir cada pedido de intervenção com os elementos mínimos e suficientes de acordo com a legislação em vigor, de modo adequado à prossecução dos trabalhos que se propõe realizar, de acordo com critérios de necessidade, oportunidade e execução;
 - c)** Promover a realização dos trabalhos, com a garantia do cumprimento de todas as normas de segurança que sejam adequadas a cada tipo de intervenção;
 - d)** Comunicar à Câmara Municipal a duração de cada intervenção, bem como o seu início e término;
 - e)** Publicitar a intervenção, por todas as vias adotadas, com a expressa referência a "Obra executada pela Junta de Freguesia de Alfragide e financiada pela Câmara Municipal da Amadora", com o



logótipo, bem como com a indicação do início e duração, de acordo com o modelo a disponibilizar pela edilidade.

2. As obras iniciadas antes da aprovação municipal serão excluídas do âmbito do presente contrato.

Cláusula 54.ª

Obrigações da Câmara Municipal

A Câmara Municipal responsabiliza-se por:

- a)** Aprovar, através de despacho do Presidente da Câmara, mediante validação técnica dos serviços, as intervenções apresentadas pela Junta de Freguesia, devidamente instruídas pelos elementos necessários, de acordo com a legislação em vigor e com o procedimento contratual adequado, nos termos do Código dos Contratos Públicos;
- b)** Verificar a realização dos trabalhos executados, nomeadamente no cumprimento das disposições legais aplicáveis e no que se prende com a sua adequação ao fim a que se destinam;
- c)** Proceder à transferência dos montantes comprovadamente despendidos com cada intervenção, devidamente aprovada nos termos das alíneas anteriores, depois da verificação a realização dos mesmos;
- d)** Verificar o cumprimento das obrigações do presente contrato.

Cláusula 55.ª

Recursos

1. A Câmara Municipal afetará recursos financeiros para prossecução do objeto do presente contrato.

2. Os recursos financeiros serão transferidos de acordo com a apresentação de auto de medição/fatura-detalhada a que correspondam os trabalhos efetuados e devidamente verificados,

mediante verificação Municipal.

3. Os recursos totais referidos nos números anteriores terão um máximo de € 200.000,00 (duzentos mil euros), incluindo o IVA à taxa legal aplicável, pagos de acordo com o comprovativo da sua execução.

4. As verbas não contratualizadas até 30 de novembro de cada ano, serão estornadas no final do ano.

5. Os trabalhos contratualizados aprovados em cada ano apenas poderão transitar para execução e pagamento até ao final do primeiro trimestre do ano seguinte.

Cláusula 56.ª

Controlo e Competência

- 1.** A aprovação das intervenções a efetuar, bem como o pagamento do auto respetivo, cabem ao Presidente da Câmara Municipal, mediante validação técnica dos serviços municipais.
- 2.** O acompanhamento da intervenção, incluindo a verificação documental, competem ao Presidente da Câmara, através dos técnicos por este designados para o efeito.

TÍTULO III

Do Regime de Execução, Modificação e Extinção do Contrato

CAPÍTULO I

Acompanhamento, controlo e monitorização

Cláusula 57.ª

Relatório de execução física e financeira



1. A Junta de Freguesia obriga-se a entregar à Câmara Municipal um relatório de execução física e financeira das verbas por esta transferidas ao abrigo do presente contrato.

2. O relatório referido no número anterior é anual, reporta-se ao ano civil imediatamente anterior e deve ser entregue até ao dia 31 de janeiro do ano seguinte ao que reporta.

3. O cumprimento do estipulado nos números anteriores constitui condição indispensável para a realização das transferências financeiras a efetuar ao abrigo do presente contrato.

Cláusula 58.^a

Acompanhamento e controlo

A execução do presente contrato será ainda acompanhada, a todo o tempo e de forma contínua, pela Câmara Municipal que, para o efeito, promoverá reuniões conjuntas e periódicas com a Junta de Freguesia, e realizará visitas aos locais e equipamentos abrangidos pela delegação de competências.

CAPÍTULO II

Modificação, suspensão e cessação do contrato

Cláusula 59.^a

Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo entre as partes outorgantes, sempre que as circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que

a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato.

2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 60.^a

Suspensão do contrato

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de demora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b), do número anterior, os Outorgantes devem demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e), do n.º 3, do artigo 115.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 61.^a

Resolução do contrato

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos ter-



mos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e), do n.º 3, do artigo 115.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 62.ª

Caducidade do contrato

1. O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes, salvo o disposto no número seguinte.

2. O contrato considera-se renovado após a instalação da Assembleia Municipal da Amadora, sem prejuízo dos outorgantes poderem promover a denúncia do mesmo, no prazo de seis meses após a instalação deste órgão municipal.

Cláusula 63.ª

Entrega das instalações e equipamentos

1. A cessação do presente contrato de delegação de competências acarreta a desocupação do espaço cedido no prazo de 30 (trinta) dias.

2. Caso a desocupação não ocorra no prazo previsto no número anterior, a Junta de Freguesia autoriza, desde já, a Câmara Municipal a proceder, ele próprio, à desocupação das instalações e entrega dos equipamentos, não podendo este ser responsabilizado por qualquer dano que possa ser causado aos bens que lá se encontrem.

3. Na situação prevista no número anterior, a Junta de Freguesia renuncia, desde já, ao pedido de qualquer indemnização ou compensação junto da

Câmara Municipal por quaisquer danos ou desca-minho de bens, e ficará ainda obrigada a indemnizar a Câmara Municipal pelas despesas resultantes da desocupação do espaço cedido.

CAPÍTULO III

Disposições finais

Cláusula 64.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 65.ª

Confidencialidade e proteção de dados

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo sobre todas as informações a que venham a ter conhecimento ou acesso, seja de que forma for, em virtude do presente contrato ou durante a execução do mesmo, não a podendo utilizar em seu próprio benefício, revelar, ceder, partilhar ou permitir a sua duplicação, uso ou divulgação, no todo ou em parte, a terceiros.

2. Com a celebração do presente contrato as partes vinculam-se, recíproca e conjuntamente, a cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados.



Cláusula 66.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

Cláusula 67.ª

Revogação

1. O presente contrato revoga qualquer outro celebrado entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, nas matérias objeto do presente contrato.

2. A revogação referida no número anterior não prejudica:

a) Os efeitos jurídicos já produzidos ao abrigo dos contratos revogados;

b) A responsabilidade contratual relativa a incumprimentos ocorridos durante a respetiva vigência;

c) A continuidade de obrigações transitórias que, pela sua natureza, devam manter-se até plena integração nos conteúdos e procedimentos definidos neste contrato consolidado.

Cláusula 68.ª

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 69.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia seguinte ao da sua assinatura.

O presente é elaborado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada uma das partes.

Amadora, 19 de maio de 2026.

Pelo Município da Amadora

O Presidente da Câmara

Vítor Manuel Torres Ferreira

Pela Freguesia de Afragide

O Presidente da Junta

António José da Cruz Paulo

ANEXO I

Quadro Resumo Custos de Manutenção Parques Infantis 2026			
Freguesia	Tipo	Áreas a considerar (m²)	Transferência Junta Freguesia
Afragide	I	352,82	846,77 €
	II	1 754,76	2 088,16 €
	III	2 202,33	7 906,36 €
	IV	4 126,37	9 903,29 €
	Total	8 436,28	20 744,59 €

Tipo. I - Parque com reduzida ou nenhuma zona verde e que possibilita ser encerrado no período noturno - 2,40€/m²/ano
Tipo. II - Parque com reduzida ou nenhuma zona verde, que não necessita ser encerrado durante o período noturno - 1,19€/m²/ano
Tipo. III - Parque com amplas zonas verdes e que possibilita ser encerrado no período noturno - 3,59€/m²/ano
Tipo. IV - Parque com amplas zonas verdes, que não necessita ser encerrado durante o período noturno - 2,40€/m²/ano

ANEXO II

As obrigações da Junta de Freguesia dependerão da tipologia do espaço de jogo e recreio, conforme constam da Cláusula 7.ª do contrato:

1. Tipologia I - Obrigações previstas em A e B;
2. Tipologia II - Obrigações previstas em B;
3. Tipologia III - Obrigações previstas em A, B e C;
4. Tipologia IV - Obrigações previstas em B e C.

A. Obrigações relativas à abertura e encerramento dos espaços de jogo e recreio:

Abrir e encerrar o espaço de jogo e recreio diariamente, incluindo fins-de-semana e feriados, de acordo com o seguinte horário, certificando-se que o mesmo se encontra sem ninguém no seu interior:

- i. De abril a outubro - abertura às 9h00m horas e encerramento às 20h00m horas;
- ii. De novembro a março - abertura às 9h00m



horas e encerramento às 18h00m horas.

B. Obrigações relativas à manutenção e limpeza dos espaços de jogo e recreio:

a) Assegurar que os espaços incluídos no Anexo I se encontram bem conservados, sem zona degradadas e em boas condições de higiene;

b) Realizar a varredura e despejar as respetivas papeleiras, com uma periodicidade mínima bissemanal;

c) Custear a mão-de-obra que se afigure necessária à abertura e encerramento dos espaços, bem como à sua limpeza;

d) Não facultar o acesso à chave do espaço de jogo e recreio a terceiros, estranhos à Junta de Freguesia;

e) Substituir a fechadura do espaço de jogo e recreio em caso de vandalismo ou de perda da chave de acesso ao mesmo;

f) Zelar pela segurança nos espaços de jogo e recreio;

g) Informar a Câmara Municipal de qualquer incidente que tenha lugar no espaço de jogo e recreio, de que tenha conhecimento;

h) Comunicar à Câmara Municipal quaisquer avarias ou defeitos que detetem no espaço de jogo e recreio;

i) Desinfetar os bebedouros com produto desinfetante adequado, pelo menos uma vez por mês.

C. Obrigações relativas aos jardins e espaços verdes no interior de espaços de jogo e recreio:

a) Manter os sistemas de rega, com a substituição dos equipamentos e componentes necessários ao seu correto funcionamento que se deterioreem, por atos de vandalismos ou pelo desgaste normal do decurso do tempo;

b) Proceder à aquisição, a suas expensas, de:

i. Material de rega, para reposição de material danificado por avarias ou degradação devida ao decurso do tempo;

ii. Baterias de 9 volts para os programadores de rega;

iii. Adubos e fertilizantes;

iv. Sementes de relva para reposição.

c) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas;

d) Zelar para que os consumos de água não sejam excessivos, evitando as regas entre as dez horas da manhã e as oito da noite, no período entre junho e setembro, nos sistemas com automatização;

e) Desligar os sistemas automáticos em caso de chuva, na ausência de sensor de chuva;

f) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal, sempre que for necessária ajuda técnica que não possa ser prestada pela Junta de Freguesia, por total e justificada impossibilidade, bem como em situações de emergência;

g) Os relvados deverão ser cortados com a periodicidade necessária, para que a relva nunca ultrapasse 8 cm de altura;

h) Escarificar/arejar os relvados, sempre que necessário;

i) Regar dos ajardinados com a periodicidade necessária à boa conservação das plantas;

j) Conservar os sistemas de rega;

k) Realizar plantações (árvores, arbustos e herbáceas) e sementeiras para substituição de plantas mortas, vandalizadas ou simplesmente desaparecidas;

l) Realizar arejamento da copa, bem como de podas de formação, limpeza e revisão de tutoragem de todas as árvores e arbustos, que se situem no interior das áreas ajardinadas, desde que, pelo seu



porte, não seja necessário recorrer à utilização de plataforma elevatória ou a sua dimensão seja inferior a 3 metros de altura;

m) Controlar os tempos de rega e alteração/adequação dos tempos de rega às exigências das plantas;

n) Mondar infestantes em relvados e herbáceas;

o) Realizar as adubações necessárias ao bom estado vegetativo das plantas, custeando a compra dos adubos/fertilizantes necessários, sendo que nos relvados haverá lugar a duas fertilizações anuais, no Outono e na Primavera;

p) Aplicar herbicidas nos pavimentos e valetas que se situem no interior dos ajardinados, sempre que tal se justifique;

q) Separar os resíduos orgânicos provenientes das podas e dos cortes de vegetação e transportá-los para o Ecocentro de Carenque.

ANEXO III(a que se refere a cláusula 28.ª)

FREGUESIA	Quantidades (ton)*	Quantidades (%)	Afetação de custos
Alfragide	323,22	9%	€ 65 203,32

*sem resíduos verdes

Anexo IV

Quantidade e localização dos painéis

NIF	Nome	Morada	Processo	Validade	Local
500228604	RED-PORTUGUESA PUBLICIDADE EXTERIOR SA	Estrada do Zambujal	1114/02	31/12/2019	Alfragide
507926200	FCA MOTOR VILLAGE PORTUGAL, S.A	Estrada Nacional 117 km 2,1	44/10	31/12/2019	Alfragide
500228604	RED-PORTUGUESA PUBLICIDADE EXTERIOR SA	Instalar no talude junto a CRIL Lisboa/Cascais	1129/02	31/12/2019	Alfragide
500228604	RED-PORTUGUESA PUBLICIDADE EXTERIOR SA	Instalar no talude junto a CRIL sentido Lisboa /Cascais	1124/02	31/12/2019	Alfragide
500228604	RED-PORTUGUESA PUBLICIDADE EXTERIOR SA	Instalar no talude junto a CRIL sentido Lisboa /Cascais	1121/02	31/12/2019	Alfragide
500228604	RED-PORTUGUESA PUBLICIDADE EXTERIOR SA	Instalar no talude junto a CRIL sentido Lisboa /Cascais	1126/02	31/12/2019	Alfragide
508249856	MOP - MULTIMEDIA OUTDOORS PORTUGAL PUBLICIDADE SA	Praceta Carlos Pereira Calisto	1180/02	31/12/2019	Alfragide
500228604	RED-PORTUGUESA PUBLICIDADE EXTERIOR SA	Terrenos da Quinta Grande	1153/02	31/12/2019	Alfragide
500259941	SOCIEDADE LUSO MERCANTIL LDA	Traseiras dos Laboratórios Azevedo	1157/02	31/12/2019	Alfragide

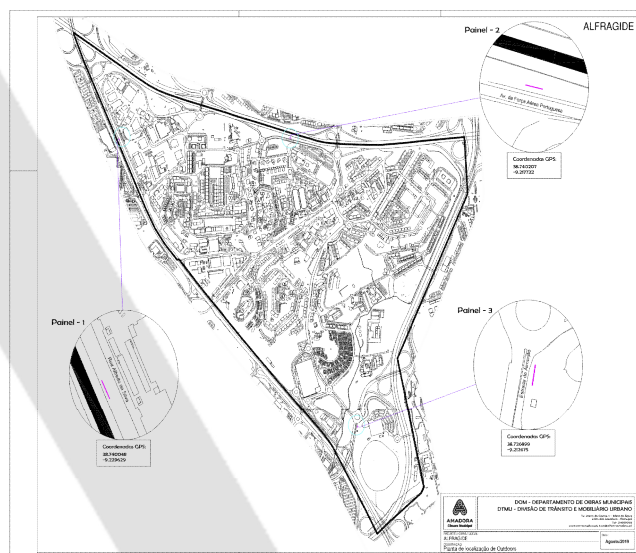
Anexo V

Quantidade e localização dos painéis a criar

A) Freguesia de Alfragide – 3 painéis:

1. EN 117 – Rua Alfredo da Silva;
2. IC19 – Av. da Força Aérea;
3. Estrada do Almarjão.

B) Planta



Anexo VI

Características técnicas

Materiais e demais especificações:

1. Dimensões das estruturas 8,00 x 3,00 metros;
2. Módulo de 3,00x1,00M chapa galvanizada de 0,6mm;
3. Vigas IPN 120 com tratamento anti corrosão;
4. Suportes em Z;
5. Cantoneiras L 50x50x5 com tratamento anti cor-



rosão;

6. Grampos de roscas e respetivas porcas;

7. Suportes em Cantoneiras L 50x50x5 com tratamento anti corrosão;

8. Negativos;

9. Barras de união;

10. Montagem com sapatas de betão.

ANEXO VII

Freguesias	N.º de parques	Área (m²)	Total
Alfragide	3	1363,75	€ 9 355,33

Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências

Acordo de Execução Relativo a Delegação de Competências

Junta de Freguesia de Alfragide

Orçamento para o ano 2026
Classificação Económica 04050102

As dotações, segundo a classificação orgânica, estão previstas no orçamento de 2026 de acordo com os montantes que constam no quadro seguinte:

Despesa 2026		
Orgânica	Descrição da competência	Montante da descentralização
04	Recolha de objetos volumosos	65 203,32 €
05	Intervenção socio-cultural	143 248,28 €
	Serviços de Leitura Pública de Proximidade	21 302,15 €
	Gestão de Equipamentos Desportivos	10 239,07 €
06	Espaços de Jogo e Recreio	20 744,59 €
	Calçadas	46 066,12 €
	Jardim Seguro	8 966,32 €
	Parques Caninos	9 355,33 €
	Intervenção no Espaço Público	200 000,00 €
Total		525 125,18 €

Amadora, 06 de fevereiro de 2026

Diretor do Departamento Financeiro
Dr. Pedro Costa

ESTUDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

ESTUDO DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE

O MUNICÍPIO DA AMADORA E A JUNTA DE FREGUESIA DE ALFRAGIDE

Através do despacho n.º 10/P/2024, que aqui se dá por integralmente reproduzido, foi criada uma equipa multidisciplinar no sentido de assegurar, nos termos do artigo 111.º e seguintes do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, particularmente do artigo 115.º, por diversas remissões entendido como aplicável aos contratos de delegação de competências, a demonstração dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do dito artigo 115.º. A saber:

- a) O não aumento da despesa pública global;
- b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais ou pelas entidades intermunicipais;
- c) Os ganhos de eficácia do exercício das com-



petências pelos órgãos das autarquias locais ou das entidades intermunicipais;

d) O cumprimento dos objetivos referidos no artigo 112.º;

e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

Acresce ainda que devem ser respeitados os princípios gerais seguintes (artigo 121.º):

a) Igualdade;

b) Não discriminação;

c) Estabilidade;

d) Prossecução do interesse público;

e) Continuidade da prestação do serviço público;

f) Necessidade e suficiência dos recursos.

É incontornável que, para a celebração dos contratos interadministrativos, os municípios devem ter em consideração critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as freguesias abrangidas pela respetiva circunscrição territorial.

Acresce que importa promover a contínua modernização do conceito de governação local, mais concretamente, uma governação cada vez mais ajustada às realidades de cada território e tecido urbano, capaz de ecoar o interesse público.

A descentralização de competências proporciona soluções mais vantajosas em termos de custo-eficácia. Com efeito, respeitando os princípios da subsidiariedade, autonomia e solidariedade, permite uma maior aproximação aos municípios.

Assim, por motivos de proximidade, eficiência, eficácia e celeridade na sua execução, considerou-se mais profícua a descentralização de competências para as freguesias, o que foi concretizado

através da celebração de contratos interadministrativos.

Neste sentido, pretende a Câmara Municipal introduzir alterações ao clausulado dos contratos interadministrativos em vigor, ao abrigo das alíneas u), ee) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que diz respeito às seguintes matérias: manutenção dos espaços de jogo e recreio; gestão do serviço de proximidade de leitura pública; gestão de equipamentos desportivos; projeto "Jardim Seguro"; recolha de objetos volumosos fora de uso; manutenção dos pavimentos em calçadas; e, manutenção parques caninos; e manutenção dos equipamentos sanitários e o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS).

Verificou-se a necessidade de se proceder à consolidação num único documento do conjunto de competências delegadas na Junta de Freguesia de Alfragide, e anteriormente dispersas nos supra aludidos contratos interadministrativos, justificando-se a redação de um novo contrato interadministrativo.

Por fim, é de realçar que todos os recursos financeiros a transferir foram atualizados face ao Índice de Preços no Consumidor (IPC) 2026, no valor de 2,04%, e ao valor da base remuneratória da Administração Pública para 2026.

Face às alterações propostas e não havendo modificações as formas de cálculo, que continuam ajustadas, e dando-se aqui por integralmente reproduzidos os anteriores estudos formulados sobre as matérias objeto de delegação pelo Município nas Juntas de Freguesia, considera-se não haver lugar a



demaís considerações, mantendo-se tudo o que ali se afirmou quanto:

- a) A demonstração dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- b) Ao cumprimento dos abjetivos referidos no artigo 112.º do mesmo anexo e Lei;
- c) Ao cumprimento dos princípios a que se refere o artigo 121.º do mesmo anexo e Lei.

Anexo I: Custos com a manutenção dos espaços de jogo e recreio

Anexo II: Custos com a gestão do serviço de proximidade de leitura pública

Anexo III: Custos com a gestão de equipamentos desportivos

Anexo IV: Custos com o projeto "Jardim Seguro"

Anexo V: Custos com a recolha de objetos volumosos fora de uso

Anexo VI: Custos com a manutenção dos pavimentos em calçada

Anexo VII: Custos com a manutenção dos parques caninos

Anexo VIII: Custos com o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)

Amadora, 06 de fevereiro de 2026.

A EQUIPA,

Dra. Carla Lourenço

Dr. João Almeida

Eng.º Norberto Monteiro

Eng.ª Cristina Pereira

Dr. Pedro Costa

Anexo I

Custos com a manutenção dos espaços de jogo e recreio

Quadro Resumo				
Custos de Manutenção Parques Infantis 2026				
Freguesias	Tipo	Áreas a considerar (m²) 2026	Transferência Juntas Freguesia 2025	Transferência Juntas Freguesia 2026
Alfragide	I	352,82	829,13 €	846,77 €
	II	1 754,76	1 676,03 €	2 088,16 €
	III	2 202,33	7 752,20 €	7 906,36 €
	IV	4 126,37	9 696,97 €	9 903,29 €
Total		8 436,28	19 954,33 €	20 744,59 €

Tipo. I - Parque com reduzida ou nenhuma zona verde e que possibilita ser encerrado no período noturno - 2,40€/m²/ano

Tipo. II - Parque com reduzida ou nenhuma zona verde, que não necessita ser encerrado durante o período noturno - 1,19€/m²/ano

Tipo. III - Parque com amplas zonas verdes e que possibilita ser encerrado no período noturno - 3,59€/m²/ano

Tipo. IV - Parque com amplas zonas verdes, que não necessita ser encerrado durante o período noturno - 2,40€/m²/ano

Anexo II

Custos com a gestão do serviço de proximidade de leitura pública

Freguesia	2025 - IPC 1,6%	2026 - IPC 2,04%
Alfragide	€ 20 876,27	€ 21 302,15

Anexo III

Custos com a gestão de equipamentos desportivos

Freguesia	2024	IPC 1,6%	Total 2025	2026 - IPC 2,04%	Total 2026
Alfragide	9876,35	158,02 €	10 034,37 €	204,70 €	10 239,07 €

Anexo IV

Custos com o projeto "Jardim Seguro"

Freguesia	N.º vigilantes	2025 (2,76€/h)	2026 (2,82€/h)
		Valor anual 2025	Valor anual 2026
Alfragide	2	8 775,60 €	8 966,32 €

Anexo V

Custos com a recolha de objetos volumosos fora de uso

Freguesia	Quantidades (sem verdes) ton. 2025	Quantidades (%)	Verba a transferir 2026
Alfragide	323,22	9%	€ 65 203,32

Anexo VI

Custos com a manutenção dos pavimentos em calçada

Freguesia	Total de extensão de via (m)	Total de extensão de passeio (m)	Total de área de passeio (m²)	Percentagem de área de passeio (%)	Reparação (m²)	Dias anuais para reparação 5m²/dia	A.O.	Custo Anual A. O. (€)	A.O. 2024	A.O. 2025	A.O. 2026
Alfragide	40439	80878	168788	0,15	3375,76	675,152	2	27188,04	32676,92	33289,7	38307,7



Valores para Areão

Freguesia	Área de reparação	Espessura da almofada de areão	Quantidade (m³)	Custo Anual	IPC 3,51%	Global 2024	IPC 1,6%	Global 2025	IPC 2,04%	Global 2026
Alfragide	3375,76	0,05	161,788	3 713,34 €	130,34 €	3 843,67 €	61,50 €	3 905,17 €	79,67 €	3 984,84 €

Apoios Eventuais

Freguesias	Apoios eventuais	Periodicidade
Alfragide	16 031,16 €	Trimestral após validação pelos serviços

Valores para pedra de calçada

Freguesia	Área de reparação	Desperdício a repor 10%	Quantidade (m³)	Custo anual	IPC 3,51%	Global 2024	IPC 1,6%	Global 2025	IPC 2,04%	Global 2026
Alfragide	3375,76	337,58	28,13	3 516,42 €	123,43 €	3 639,84 €	58,24 €	3 698,08 €	75,44 €	3 773,52 €

Valor Anual

Freguesia	Valor anual por J.F.	Valor anual 2024	Valor anual 2025	Valor anual 2026
Alfragide	34 417,79 €	36 316,76 €	40 892,95 €	46 066,12 €

Anexo VII

Custos com a manutenção dos parques caninos

Freguesias	N.º de parques	Área (m²)	TOTAL 2025 6,72€/m²	TOTAL 2026 6,86€/m²
Alfragide	3	1363,75	9 164,40 €	9 355,33 €

Anexo VIII

Custos com o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)

Junta de Freguesia	Habitantes	RH afetos		Custo anual
		TS	AT	
Alfragide	16 837*	2	2	103 686,88 €

*Dados censos 2021

Categoria	Vencimento base*	Sub. Férias	Sub. Natal	Valor TSU (mensal)	Subs. Alimentação (mensal - 22 dias)	Custo total (mensal)	Seguro remuneração	Seguro subsídio refeição	Custo anual estimado
Assistente Técnico	1035,63 €	1035,63 €	1035,63 €	245,96 €	135,30 €	1 589,50 €	362,47 €	36,53 €	19 964,89 €
Técnico/a Superior	1 709,67 €	1 709,67 €	1 709,67 €	406,05 €	135,30 €	2 535,96 €	598,38 €	36,53 €	31 878,55 €

Base dos cálculos:

- Técnico Superior – nível remuneratório 20 – 1 709,67 €
- Assistente Técnico – nível remuneratório 7 – 1035,63 €
- Subsídio de alimentação considerado – € 6,15 x 22 dias
- TSU 23,75 %

Transporte Solidário

Junta de Freguesia	RH afeto AO	Custo RH Anual	Manutenção	Custo anual
Alfragide	1	18 186,08 €	5 344,16 €	23 530,24 €

Categoria	Vencimento base*	Sub. Férias	Sub. Natal	Valor TSU (mensal)	Subs. Alimentação (mensal - 22 dias)	Custo total (mensal)	Seguro remuneração	Seguro subsídio refeição	Custo anual estimado
Assistente Operacional	934,99 €	934,99 €	934,99 €	222,06 €	135,30 €	1 448,10 €	327,25 €	36,53 €	18 186,08 €

Base dos cálculos:

- Assistente Operacional – nível remuneratório 5 – 934,99 €
- Subsídio de Alimentação considerado – € 6,15 x 22 dias
- TSU 23,75 %



AMADORA
Câmara Municipal

Separata n.º 32
Boletim Municipal



AMADORA
Câmara Municipal

Separata n.º 32
Boletim Municipal



AMADORA
Câmara Municipal

Separata n.º 32
Boletim Municipal



AMADORA
Câmara Municipal

Diretor: VÍTOR FERREIRA

DEPÓSITO LEGAL: 11981/88 - TIRAGEM: 100 exemplares
IMPRESSÃO: C.M.A.

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal
deve ser dirigida ao Departamento de Administração Geral
(Divisão de Gestão Administrativa e Contratação)
Apartado 60287, 2701-961 AMADORA
Telef.: 21 436 90 00 / Fax: 21 492 20 82

